



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1483/15	DATA: 25/08/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h39min	TÉRMINO: 18h52min	PÁGINAS: 124

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Diretor-Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Houve exibição de imagens. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Há orador não identificado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da CPI Fundos de Pensão.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Encontra-se sobre as bancadas cópia da ata da 2ª Reunião, cuja dispensa já foi requerida pelo Deputado Vitor Valim.

Dispensada a leitura da ata, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Antonio Carlos Conquista, Diretor-Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS.

Convido o Sr. Antonio Carlos Conquista a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Seja bem-vindo! Pode sentar aqui ao meu lado. O seu advogado quer compor também a Mesa?

O Dr. Antonio Carlos Conquista veio acompanhado do seu advogado, Dr. Sandro Gomes da Silva, a quem também convido para sentar ao lado para orientações, caso necessário.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartado durante esse tempo. Os Deputados interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria, que já está tomando nota.

Convido o Vice-Presidente Paulo Teixeira para tomar assento à Mesa, caso deseje, ou assento ao plenário, conforme a sua conveniência.

O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações. Já me ligou e disse que está a caminho e que podíamos iniciar a oitiva. Os autores dos requerimentos disporão de 5 minutos para suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer as suas interpelações, contando com a tolerância da Mesa para concluir as mesmas.



Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Antonio Carlos Conquista, por até 20 minutos, iniciando às 14h52min.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Primeiramente, boa tarde aos Srs. Deputados. Queria agradecer ao Deputado Efraim Filho, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão, o convite que a nós foi destinado para estarmos aqui hoje com os senhores para falarmos um pouco sobre o POSTALIS. Eu queria, particularmente, solicitar a gentileza de fazer uma apresentação rápida. Antes dela, falarei um pouco da minha vida profissional. Eu sou um profissional de mais de 40 anos de carteira profissional assinada. Sempre trabalhei em banco. Trabalhei nos bancos Bradesco, Bamerindus, Mercantil de São Paulo; e em 1978 fiz o concurso para o BANESPA. Efetivamente, a minha posse se deu em março de 1979. No BANESPA, fiquei até 2004. Foram 25 anos de trabalho. Nesse período de 25 anos, eu galguei os cargos de administração dentro do banco, via concurso também, porque o BANESPA tinha esta condição: só por concurso público para acessar os cargos. No ano de 2000, já sendo um representante, estava fora do banco, como um participante de uma diretoria, de uma associação importante do BANESPA chamada AFUBESP. Eu me tornei diretor administrativo, eleito, da nossa caixa beneficente, chamada CABESP. Fui diretor administrativo no período de 2000 a 2003. Em 2003, fui convidado pelo Presidente, escolhido à época, Wagner Pinheiro de Oliveira, para ser o seu Chefe de Gabinete na PETROS, onde eu fiquei até 2009. Em 2009, eu fui convidado para ser diretor-presidente da GEAP, onde fiquei até 2010. Em 2011, fui para a Secretaria de Infraestrutura e Fomento do Ministério da Pesca, onde fiquei até março de 2012. E, a partir de abril de 2012, eu cheguei ao POSTALIS; portanto, três anos e cinco meses, mais ou menos. Eu queria agora pedir a gentileza de fazer uma apresentação para os senhores, para poder falar sobre as questões do POSTALIS de forma que todos possamos entender.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço que apaguem as luzes da frente para melhorar a visualização. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não estou sabendo operar aqui, excelência. Desculpe-me. *(Segue-se exibição de imagens.)* Essa primeira lâmina é basicamente uma demonstração do que é o POSTALIS hoje. Nós temos dois planos: o Plano Benefício Definido e o POSTALPREV. O Plano Benefício Definido, já saldado em 2008, é um plano fechado, enquanto o POSTALPREV ainda vem tendo contribuição de participantes. Nossos benefícios médios para cada plano. O número de ativos no Plano BD, 73 mil; no POSTALPREV, 109, porque nós temos participantes nos dois planos. O número de assistidos, nossos participantes aposentados, 17 mil e quase 800 pessoas no Plano BD; e, no Postal Previ, 2 mil 146 pessoas. Aí só mais um detalhamento de auxílio-doença: 72, do Plano BD, e 2.144 do Postal Previ. Número de pensionistas: 6.604 no Plano BD; no POSTALPREV, 887. Pagamento/benefício em milhões. É o que nós pagamos mensalmente. Um dos motivos do convite estendido ao POSTALIS foi a questão do nosso déficit, que, no final do ano de 2014, chegou a 5 bilhões e 597 milhões. Essa é uma demonstração estratificada de como nós chegamos a esse número, Excelências. Origem financeira: 3 bilhões e 459. Vou dizer em nome dos maiores. A não integralização da RTSA foi a suspensão que aconteceu em março de 2014. Era um compromisso da patrocinadora com o fundo que foi suspenso. Quando chegamos ao final de dezembro, chegamos ao valor de 1 bilhão e 86 milhões. Já adiantaram aos senhores que nós já temos uma ação contra a patrocinadora para reavermos esse valor novamente para o caixa do POSTALIS. Essa redução de taxa de juros atuarial é uma coisa importante. Quando a nossa Selic chegou a 7 pontos, por volta dos anos de 2012, 2013, a PREVI também orientou que os fundos, com a sua meta atuarial de 6%, reduzissem, a cada ano, 0,25%, entre 2014 e 2018, até chegarmos a 4,5%, por causa da queda da SELIC. E esses 0,25% para nós, particularmente o POSTALIS, representa, nos anos de 2013 e 2014, 325 milhões, mais ou menos, de déficit — digo essa retirada do 0,25%. Hoje, a meta atuarial do POSTALIS é de 5,5%. Alteração da tábua biométrica. Acho que isso por si só já diz, é uma adequação ao perfil do trabalhador dos Correios. Nós praticávamos a AT 83 e passamos a praticar a AT 2000. As tábuas biométricas dos fundos de pensão do Brasil, nenhuma é



brasileira, são todas americanas. Então, são siglas — e peço desculpas por falar —, mas elas são todas baseadas na população americana. Taxa de rotatividade. Aí é o *turnover* da empresa. Alteração de inflação. Esses valores todos compuseram 2 bilhões e 138, que, somados aos 3 bilhões e 459 — eu peço desculpas por não colocarmos o total lá em baixo — são 5 bilhões e 597 em números grandes. Também, a partir dessa questão do déficit, nós, por volta do mês de março, capitaneados pelo Ministério das Comunicações, passamos a fazer reuniões regulamentares com os nossos representantes, de sindicatos, da associação, representantes de empregados aqui das sedes, a ADCAP — o seu presidente esteve aqui na semana passada, o Luiz Alberto —, com a patrocinadora, com nós do POSTALIS, para chegarmos a uma tentativa de não aplicação do equacionamento previsto para abril — o nosso ano fiscal no POSTALIS é abril, a partir de 1º de abril —, o que representaria para cada participante e para a patrocinadora 25,98%. Acho que essas informações os senhores tiveram de forma exaustiva, porque saiu na imprensa, em geral. A partir dessas reuniões, nós chegamos até a PREVIC, solicitando à PREVIC, também, que nos ajudasse a conseguir alguma forma que proporcionasse o não desconto, que nos desse tempo de conseguir o retorno, o trabalho diário que nós fazemos no POSTALIS do retorno dos investimentos, principalmente os “defaultados” e provisionados. E aí conseguimos da PREVIC autorização para a formalização de um TAC — Termo de Ajustamento de Conduta. Só que ele é de várias páginas, eu só coloquei... Perdão. Eu só coloquei... Esse é o termo assinado por nós, pela PREVIC, com anuência dos Correios, está certo? E eu só coloquei nossas obrigações porque com o TAC você passa a ter obrigações, e a cada 3 meses eu tenho que fazer relatórios para a PREVIC, até chegarmos a 2016. Dessas obrigações, eu já posso dizer aos senhores que...

(Não identificado) - Qual foi a data da assinatura?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Dia 29 de maio. Dessas obrigações, já cumprimos pelo menos quatro delas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O equacionamento já estava suspenso. É que eu falo e saio do microfone. Compra de títulos constante. Quando temos recurso, compramos imediatamente. O empréstimo. Nós temos um problema



de enquadramento. Esse ainda não resolvemos. As revisões. Estamos trabalhando diariamente nessa condição. Depois, eu posso... Ao longo na nossa exposição nós vamos falar sobre isso com os senhores. Alteração do comitê. Nós já fizemos, demos pluralidade ao comitê, colocando um representante de cada diretoria e, principalmente, trazendo a diretoria de seguridade para dentro do comitê de investimentos, porque aí tem uma conexão de quem cuida do passivo, de quem cuida do pagamento da aposentadoria. Novo plano de equacionamento. Nós temos que fazê-lo até 31 de dezembro. E a implantação seria em 1º de abril de 2016. Aqui já são as medidas que nós estamos tomando desde a minha chegada. Eu entrei no POSTALIS, como disse aos senhores, em 2 de abril de 2012. E aí nós trouxemos, juntamente com a minha diretoria colegiada hoje, uma série de medidas para melhoria da nossa governança. Eu peço desculpas. Área financeira... Perdão. Aqui é uma tela antes. O processo de aprovação de um investimento. Acho que disso é importante todos nós termos conhecimento. Todo fundo de pensão tem a sua entrada sempre dessa forma, com governança, mais governança. No nosso caso, é assim que entra o investimento dentro do POSTALIS: a área financeira, via de regra, recebe, analisa, elabora um parecer, passa para o seu gerente, seu gerente de investimentos; se ele também entende que aquela proposta tem... — perdão, não achei a palavra —, tem continuidade, ele dará a sua chancela de aprovado. E a análise continua. Daí vai para a gerência de risco. E essa gerência de risco nós colocamos em funcionamento no ano passado. Para os fundos de pensão uma área de gerência de risco é extremamente importante, porque você checa todos os passos dados até ali, para ter certeza de que realmente tudo foi analisado da forma legal, da forma financeira, da aderência à legislação. A nossa gerência de risco foi criada ano passado. Aí, passa-se para a gerência de ativos, para ver o enquadramento legal dentro da legislação, como eu disse. E o processo com as análises é encaminhado ao comitê, que vai se reunir, nessa composição que eu já disse, com cada representante de cada diretoria do POSTALIS. E, aí, ele pode ser recomendado a ser feito, como também pode ser negado ali mesmo no comitê — está certo? Aí as alçadas — não sei se todos conseguem ver a distância, porque eu posso estar na frente. Inclusive, essa foi uma medida que nós tomamos ano passado, reduzindo a alçada do diretor financeiro de 2% sobre o patrimônio. Nós



temos mais ou menos 8 bilhões hoje, quase 8 bilhões. Tiramos a... Reduzimos de 2 para 1%. Então, dependendo do investimento, como nós temos priorizado desde novembro de 2013 só compra de títulos, praticamente essas indicações de como tem que caminhar depois o investimento nós não estamos praticando. Mas é dessa forma que está colocada a nossa política de investimentos a partir deste ano. Melhorias. Nesta questão das melhorias, foi o que eu disse quando nós chegamos, há a questão da governança. Porque nós tentamos colocar o tempo todo condições que nos dessem maior tranquilidade na definição do investimento. Na política de investimento nós fizemos o seguinte: redução da alçada, como eu já disse; créditos novos nós só vamos aceitar, analisar... Porque também nós criamos, Presidente, duas condições para podermos chegar a esse ponto de análise: um manual de investimentos e um manual de risco. Ou seja, por si só a palavra "manual"... Se nós não tivemos ali seguido o que está previsto, nós nem analisamos; já descartamos imediatamente. Mas vamos só aceitar os *ratings* nos casos que são necessários do tipo de papel, só das três maiores, as três internacionais: Moody's, Standard & Poor's e Fitch. Fizemos a criação da gerência de risco, como eu já disse. A implementação do manual de risco também era uma necessidade que tínhamos que cumprir junto à PREVIC. E aqui é só um comentário do que melhorou, porque aí nós segregamos atividades dentro do fundo para que a gente não tivesse conflito de interesse, está certo? Finalizando, nós estamos, desde novembro de 2013, priorizando a compra maciça de títulos. Acho que os senhores devem estar acompanhando, a nossa Selic é 14%, a janela de títulos hoje está atraente. Nós já estamos, e eu disse aos senhores no começo, trabalhando com 5,5% de meta atuarial para o ano de 2015, e nós estamos comprando títulos na faixa média de 6,5. E o que é isso? Nós compramos títulos... Há duas formas de comprar títulos: você compra título a preço de mercado, e aí você pode comprar e vender todo dia, ou compra títulos marcados na curva. A nossa opção conservadora é comprar títulos marcados na curva. Ou seja, só vamos nos desfazer dele no vencimento. Aí é uma peculiaridade, Presidente. Se eu hoje, nossa diretoria-executiva do POSTALIS, quiser vender um título previsto para vencimento em 2024, eu tenho que pedir autorização à PREVIC. Se eu não estiver mais na diretoria do POSTALIS e vier algum substituto, se ele quiser sexta-feira vender títulos públicos marcados para



2024, ele terá que ir à PREVIC pedir autorização. Então, isso é uma segurança, porque aí acho que a matemática é pura: 6,5 em média... Já compramos títulos com mais de 7% com vencimento para 2024, 2036, 2018, porque o fundo de pensão trabalha com necessidade de longo prazo. Aí os senhores imaginem. Se eu pegar um título que eu comprei a 7% em 2024, se eu já estou praticando hoje 5,5, muito provavelmente vou estar com um índice menor em 2024. É uma diferença matemática. É muito dinheiro de volta para dentro do caixa do POSTALIS lá na frente para a gente assegurar cada vez mais o pagamento das nossas aposentadorias para os participantes. Esse é o quadro do que nós encontramos quando chegamos. Nós tínhamos o Plano BD, que é o plano em que eu tenho problema, é o plano do déficit. Então, eu tenho menos recurso, tenho falta de liquidez nele. Então, eu compro menos, o POSTALIS compra menos, está certo? Então, nós chegamos no POSTALIS com esses percentuais, 117 milhões, mais ou menos, em dezembro de 2011, 2%, e hoje já compramos 793 milhões com um percentual do patrimônio em 15,2. No POSTALPREV, como eu tenho contribuição mensal, eu tenho participação, tenho recursos entrando todos os dias, todos os meses, desculpe-me, eu pude comprar mais: 36% e 1,571 bilhão nós compramos de lá até agora. Aí, os senhores falam: *“Mas, poxa! Conquista daqui 36 para 50 é pouco!”* Pode parecer pouco em comparação ao valor, mas é porque aqui o meu patrimônio também era menor. Na questão da transparência, que essa foi uma preocupação constante que nós da diretoria-executiva tivemos, foi a partir de março do ano passado a criação de uma informação no *site* chamada *POSTALIS em Números*; depois os senhores vão ver na próxima tela a que se refere. Nós passamos a partir de março a informar mensalmente com um *delay* de dois meses, porque nós não conseguimos fazer a informação de um mês para o outro; conseguimos colocar as informações que nós só fazíamos em relatório anual. Então, todo mês, agora, o nosso participante consegue acompanhar a evolução. E quando é benéfica, melhor, quando os nossos problemas também aparecem, está certo? Principalmente, na questão dos provisionamentos. Passamos a fazer maiores eventos com as associações de participantes. Desde o ano passado fizemos mais de 6 reuniões com os sindicatos, a ADCAP. Aqui nós temos a representante da MariaMaria, com todas as associações que são ligadas à empresa, aos Correios,



para que pudéssemos trazer as informações de forma imediata daquilo que nós estávamos vivendo. Fiz uma série de reuniões a partir do primeiro equacionamento, que foi em 2013. Penso que hoje eu já tenha me reunido com mais de 4 mil empregados, em sedes dos Correios espalhadas pelo Brasil, nas maiores regionais. É evidente que Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Porto Alegre, Bahia, são as maiores. Aí, essa questão dos integrantes do comitê. Pluralizamos. Criação de auditoria interna ligada diretamente ao conselho deliberativo. Fase final de implementação de um novo estatuto. E esta é uma informação importante: se nós já estamos num período que temos que ter publicação, por lei, temos que publicar o estatuto depois que ele já passou por todos os órgãos; e os órgãos aqui, como os senhores estão vendo, não sei se todos... Ele sai do conselho deliberativo, vai para a patrocinadora Correios, vai para o DEST, vai para o Ministério das Comunicações (aqui faltou o Ministério das Comunicações), vai para o DEST. Esse retorno segue todo esse caminho anterior. Chegando ao POSTALIS nós temos uma publicação, já temos uns 10, 15 dias de publicação ou mais. E para 30 dias nós temos que publicar o estatuto. Mas o melhor dessa questão do estatuto é que a partir de fevereiro do ano que vem nós já poderemos ter eleições para o cargo de diretor-administrativo do POSTALIS; ou seja, nós vamos ter a oportunidade de colocar um participante administrando os seus recursos também, dentro da diretoria-executiva. Hoje, ainda é indicação, e a indicação é da patrocinadora. Ainda é assim. A primeira eleição está prevista para fevereiro de... Até fevereiro nós já teremos de ter um novo diretor; ou seja, no curso deste ano ainda nós temos que ter todo o plano de eleições preparado para poder votar, para, dia 16 de fevereiro, entrar um novo diretor escolhido. Aqui só uma informação, a de que a gente já respeita a lei. As eleições do conselho deliberativo e fiscal, todos os seus períodos de eleições, obedecidas de acordo com a legislação. Quando a gente fala na questão de transparência e governança, aparece: *“Você vai estar dizendo que você só fez isso.”* Transparência e governança é necessário serem feitas o tempo todo, porque têm coisas que nós fizemos aqui hoje que daqui a 1 ano pode ser que já tenha perdido o seu efeito. Então, é uma atualização sempre. Aqui é o boletim, que eu disse está muito ruim. Os senhores não conseguem ver; eu acho que por causa da distância não conseguem. Mas aqui a gente coloca todos os nossos investimentos, onde eles



estão, como estão as nossas execuções orçamentárias, as evoluções, como nós estamos indo aqui, quando entram os nossos provisionamentos. Esse aqui era o Plano BD. Era isso, não sei se eu tenho mais alguma lâmina. *(Pausa.)* Não, é isso. Eu queria agradecer. Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Dr. Conquista. Agradeço pela explanação sobre governança, por algumas dúvidas tiradas.

Passaremos, agora, ao momento das perguntas.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro depoente Antonio Carlos Conquista e todos que acompanham esta CPI.

V.Sa. coloca na sua explanação que há um termo de ajuste de conduta, de compromissos. Com quem? Quem que pediu esse termo de ajuste de conduta?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, foi a PREVIC que nos solicitou que fizéssemos para que a gente pudesse suspender o equacionamento deste ano previsto para 2015.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Parcelamento de dívidas?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. O TAC, Excelência, foi para que a gente suspendesse o equacionamento que estava previsto a partir de 1º de abril de 2015. Ou seja, nós íamos equacionar o valor de 5 bilhões e 597, que era o nosso déficit, e tínhamos que, para... Esse equacionamento representa, em percentual, 25.98 para cada participante assistido e para a patrocinadora também.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor coloca que tem um déficit de 5.8 e uma receita, um patrimônio em torno de 8 bilhões. Foi feito um saldamento no meio do...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Feito um saldamento em 2008.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E, desse saldamento, quanto é que tem em patrimônio? A partir de lá, tem outro fundo, outro depósito. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Conta separada?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O que eu posso dizer para o senhor é assim: quando chegou em 2008, e eu posso só falar, porque eu também



não estava, há um entendimento entre patrocinador e fundo de que há um recurso a ser colocado para fazer um equilíbrio no plano, naquela época. Esse valor — e inclusive acho que o senhor estava ainda no começo da apresentação — se refere à nossa RTSA, em que houve a suspensão de 1 bilhão e 86 milhões. Eu não sei se eu consegui responder ao senhor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor faz aqui uma estratificação do déficit acumulado, que chegaria a 3.459 bilhões. No entanto, fala depois em 5.8 bilhões. Onde está essa diferença do 3.4 para o 5.8?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Para 2 bilhões e 138 de atuarial. Acho que se ela puder voltar, eu não sei se pode...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pode, pode voltar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, seria ali 3.459 de origem financeira?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, porque aqui estão...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor poderia me explicar o que é esse déficit de origem financeira?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Claro. Esse déficit de origem financeira é composto dos déficits a partir de 2011... Entramos o ano de 2011 com 392 milhões, aí nós agravamos esse déficit, que chegou a 985 em 2012. E aí...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas qual é a origem do déficit?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É a soma: 985, em 2012...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Novecentos e oitenta e cinco o quê?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Novecentos e oitenta e cinco milhões de déficit.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De déficit. Mas qual é a origem desse 985?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Atuarial e financeiro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o que é déficit financeiro?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perdão, aqui eu...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Aplicação.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ah, sim, são os investimentos diversos: papéis estruturados, FIPs, FIEEs...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer o seguinte: eu tenho um dinheiro do fundo, eu estou investindo. Quer dizer, que eu perdi, então, no mercado financeiro; eu perdi algo em torno de 3.5 bilhões de reais em investimentos. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Daí gerou déficit?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Na verdade, esses valores ficam provisionados por falta do pagamento dos compromissos que nós fizemos nos investimentos. E aí você vai buscar, na medida em que você tem o problema financeiro, você vai buscar as suas garantias, o retorno desse recurso com negociação, repactuação da dívida novamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entendi.

Na sequência, tem aqui um déficit de natureza atuarial.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na sua explanação, não integralizado à RTSA, 1 bilhão de reais. O senhor poderia dar mais detalhes do que significa esse RTSA e de onde surgiu esse déficit de 1 bilhão de reais?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, esse valor é o que eu disse aos senhores; ele vem já desde o saldamento de 2008. Está certo? Esse é um valor que ficou combinado entre a patrocinadora... Combinado entre o acerto financeiro, naquela época...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A patrocinadora depositaria? É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Depositaria. E aí, ao longo do tempo, ela veio pagando a parte incontroversa. Havia duas partes lá quando chegamos: uma controversa e outra incontroversa de mais ou menos 600 milhões. Essa parte incontroversa foi sendo paga até março do ano passado. E aí, em março do ano passado, houve a suspensão por parte dos Correios. E esse valor, atualizado até 31/12/2014, representou 1,86 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na sequência, tem aqui a redução da taxa atuarial em 0,5%, segundo V.Sa.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Exato.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem tomou a decisão para reduzir a taxa atuarial?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É uma orientação da PREVIC. Todos os fundos de pensão do Brasil, a partir de 2014, tinham...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E por qual razão se adota uma medida dessas?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Por causa da redução da SELIC. Eu tinha dito... Quando a SELIC chegou a sete pontos mais ou menos, a visão da PREVIC era de que nós precisávamos também fazer um ajuste de meta atuarial.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E agora que a SELIC subiu, vocês fizeram ajuste?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós continuamos baixando ainda. Esta é a orientação também da PREVIC, baixando; baixando a meta atuarial. Hoje nós já estamos praticando 5,5%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sou filiado ao PT.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há quanto tempo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Penso que por volta de uns 10 anos, mais ou menos, ou pouco mais. É que eu me mudei de cidade, então...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Já ocupou outros cargos políticos no Governo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Eu disse...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como dirigente de outros fundos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ah, sim; GEAP e... Só fui chefe de gabinete na PETROS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há quanto tempo o senhor ocupa cargos no Governo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Desde 2009.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O primeiro foi onde?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na GEAP. Diretor-Presidente da GEAP.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como foi feita a escolha do senhor para Diretor-Presidente da GEAP, indicação na PETROS e também como dirigente no POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pois não. Vamos começar pela PETROS, que foi anterior. Na PETROS, eu tive o convite do Presidente Wagner Pinheiro, quando ele foi convidado para ser o Presidente da PETROS. Como nós éramos companheiros de BANESPA, ele me convidou para ser o seu chefe de gabinete. Aí eu fui chefe de gabinete até 2006 e depois passei para uma gerência executiva. Em 2009, fui para a GEAP. Na GEAP, fui convidado pelo Ministério da Previdência. Eram três Ministérios maiores dentro da GEAP, que a GEAP presta serviço de saúde para o servidor público. Então, na época, eram Previdência, Saúde e Transporte, e eu fui convidado para ser o Presidente, Diretor-Presidente...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Convidado por quem?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pelo Ministro Carlos Gabas. Na época era Secretário Executivo. Me desculpe, agora...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Do POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Do POSTALIS eu fui escolhido pela Diretoria Executiva dos Correios e referendado no Conselho de Administração, o Conselho Deliberativo do POSTALIS. Isso também aconteceu na GEAP.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O déficit é reconhecido por todos, inclusive está no balanço. O senhor poderia afirmar que há prejuízos ao POSTALIS por aplicações indevidas ou aplicações mal feitas?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós não temos esse trabalho de dizer exatamente que há prejuízo por causa disso. Nós temos... A partir do momento que temos o *default*, Excelência, nós temos uma série de caminhos a ser percorrido — o caminho da negociação, da tentativa de repactuação com o nosso investidor que não está pagando. Quando isso nós não conseguimos, a gente tem que tomar as medidas de natureza jurídica, entrando na Justiça para retomarmos nosso investimento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece a reportagem da *Época* do final de semana? O senhor chegou a ler?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Conheço.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A *Época* afirma — abre aspas: “*bagunça administrativa no Postalís provocou, apenas nos últimos dois anos, prejuízo de R\$ 2,6 bilhões na conta do fundo.*” O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, nós tínhamos sido contatados pelo jornalista para respondermos a uma série de perguntas que ele nos fez na sexta-feira, e ele não nos disse exatamente baseado onde esses números estão apurados. Respondemos a ele, na medida em que... Como nós não tínhamos a informação, nós dizíamos que não tínhamos como informar. E, hoje, na própria matéria, que ele diz... Esses valores eu não sei, exatamente... Eu posso... Eu penso que tem que ser melhor visto onde estão esses números, porque eu, particularmente... Fizemos até uma resposta, hoje. Não temos como dizer de onde tira os números, né? Ele ficou numa matéria genérica, e eu não consigo dizer ao senhor... Estamos trabalhando na reversão de todos os números que temos já dados como provisionamento e *default*. Está certo? Então, não tenho como responder a essa questão, porque ele não os classifica.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O BNY Mellon detém a maior carteira do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Já teve. Já diminuímos bastante.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ele continua na atividade, na gestão do...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Continua sendo nosso administrador principal.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Por que ele continua, se há indícios de perdas vultosas nas aplicações feitas pelo BNY?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, é porque nós estamos ainda num processo... Já tivemos uma ação vitoriosa contra ele com relação ao (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas isso justifica continuar investindo com ele?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não; não é investir. Ele continua sendo nosso administrador.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Gestor.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. É porque nós ainda não conseguimos sair na medida em que ele... Precisamos ainda... Como temos outras ações a serem tomadas, o processo...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o senhor poderia nos explicar por que não conseguiram sair ainda?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, é que uma medida...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Já tentaram? Houve alguma reunião, houve alguma ação?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Nós estamos inclusive ter um acordo com o Mellon, para tentar voltar todos os recursos que consideramos que seja ele o responsável, e temos certeza que ele é o responsável por esse possível prejuízo...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - BNY Mellon Bank, em Nova York.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Esse possível prejuízo nós estamos buscando retorno, inclusive com negociações de possível acordo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como feita a escolha do BNY Mellon para ser o gestor dessas carteiras?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Essa escolha foi feita anterior a minha chegada ao POSTALIS. Penso que foi em 2010.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor chegou em que ano no POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Em 2012, abril de 2012.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o senhor, como Diretor-Presidente do POSTALIS, não tem conhecimento de como feita a escolha?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu digo assim, a escolha, na época, não tenho como dizer ao senhor porque eu não estava.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas foi uma escolha política, uma escolha de diretoria, uma tomada de decisão colegiada... Como funciona isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Penso que sim. O Banco BNY...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor nos apresentou ali que tem um limite de aplicação. Por exemplo, o diretor financeiro teria 2%. Aqui, não são 2%; é muito mais do que isso. Neste caso, como se dá a escolha?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas ele é só o administrador. Ali ainda não era o investimento. Então, nós escolhemos... O BNY Mellon é um banco que trabalha com todos, com quase todos os fundos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece os dirigentes do Banco BVA?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Os dirigentes? Conheci alguns. Conheci... Preciso saber...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O BVA detém carteira do POSTALIS também?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós temos investimentos no BVA.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece os dirigentes responsáveis pela carteira da POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Desculpe, Excelência...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Os dirigentes do BVA que são responsáveis pela carteira, da qual o POSTALIS é patrocinador, investidor. Como é feita essa relação?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que compramos um papel estruturado do banco. O banco fez a estruturação de um fundo e nós entramos como investidor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem decidiu comprar isso? Como foi tomada a decisão pela compra dos papéis?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Todas as decisões, Excelência, e eu já havia colocado na minha apresentação, seguem um rito, dois ritos principais: de obediência legal, de aderência à legislação dos fundos de pensão, e mais a nossa governança, está certo, interna, que requer análise; requer análise de...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas ali, a tomada, seria: “vamos investir tanto nesse banco”. Mas alguém chegou e disse o seguinte: “vamos investir naquele banco”. Quem chegou e disse: “vamos investir naquele banco”?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, possivelmente o papel tenha entrado para que a gente analisasse dessa forma, e ele persegue todo esse caminho; ele percorre todos os esses caminhos: ele tem que ter análise técnica de um analista; depois, vai para um gerente que avalia; depois, segue o caminho, se definido que vai investir, de opinião legal; de *rating*, dependendo do papel. Tem uma série de coisas que você tem que obedecer até chegar no comitê de investimento e ele ser proposto se se fará o investimento ou não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece... Qual é a relação do senhor com João Vaccari Neto e com Alberto Youssef?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - João Vaccari Neto, ele é meu companheiro de banco. Nós entramos no BANESPA no mesmo período — 2008 ou 2009 — e, dali para frente... O João foi sempre um militante sindical, como eu. Ele foi diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e foi também Presidente. Então, eu militei dentro do Sindicato dos Bancários desde a época em que eu entrei no banco. O Sr. Alberto Youssef eu não conheço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Desde a época em que o senhor entrou no banco...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Em 1979. No BANESPA, me desculpe.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Há uma reportagem mais recente, do dia 24, também de *O Globo*, que faz uma referência entre Youssef, Vaccari, e fala de perdas das fundações PETROS e POSTALIS na empresa Trendbank, que somam um total de 73 milhões de reais. O senhor tem conhecimento desses fatos? O que poderia nos dizer a respeito?

Aqui diz aqui que o próprio POSTALIS teria um prejuízo de 40 milhões de reais com a aplicação no fundo BNY Mellon, por meio de uma gestora de investimentos indicada a dirigentes da fundação; que essa indicação teria sido feita por operadores de Alberto Youssef e que esses dados teriam sido tirados de computadores de pessoas próximas ou do próprio Youssef. O que o senhor tem a nos dizer?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, eu não tenho conhecimento... Nós, do POSTALIS, não temos esse histórico da reportagem. Isso



não tem, não está evidenciado dentro dos nossos registros. O FIDC Trendbank é um investimento feito em 2010, certo? Nós investimos 75 milhões neles e já temos recuperados 48 milhões, em pagamentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A reportagem diz que foi em 2012 o investimento.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não temos esse investimento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - “(...) atribuindo à influência de Vaccari a aplicação, em 2012, de R\$ 73 milhões (...)”

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não temos. O nosso investimento, do POSTALIS, no Trendbank é de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse investimento é aquele que foi objeto de um relatório da Sachs, lá nos Estados Unidos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, aquele é do FIDC, é do fundo de investimentos do exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos tratar sobre ele depois.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A PREVIC fez uma auditoria e, inclusive, algumas recomendações. O senhor poderia nos descrever, detidamente, com relação ao POSTALIS — depois, teria encaminhado isso à PGR e também à Polícia Federal — o que a PREVIC levantou de irregularidades e denúncias inerentes a diretores do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, eu peço desculpas ao senhor e a todos. Os relatórios da PREVIC são extensos, porque abordam cada investimento, com as suas (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas, mesmo que sucintamente, o senhor poderia nos dizer o que contém esses relatórios?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Os relatórios, geralmente, podem...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor é o Diretor-Presidente do POSTALIS, e há toda uma...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. É que ele é muito grande. Eu até me comprometo aqui com a Presidência e com o senhor...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quais os gestores foram autuados?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós temos... Desde 2012, nós temos 14 autos de infração já, já — qual é a palavra? — despachados pela PREVIC para os ex-dirigentes que estavam no POSTALIS anteriormente à minha chegada. E agora nós temos mais dois relatórios, 5 e 6, que também já chegaram, com 14 autos novos de infração, está certo, para esses dirigentes. Então, é assim... Desculpe-me.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Dos dirigentes atuais, nenhum. Só para os dirigentes das gestões anteriores. Então, assim, eu me comprometo com os senhores. Já me pediram uma série de documentos. Recebi um ofício por parte da Comissão, para mandarmos uma série de documentos para os senhores, e os relatórios da PREVIC eu posso mandar, porque eles são extensos. Eu não...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós requeremos. Ainda não chegou.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós não conseguimos chegar ponto a ponto. Ele é muito grande.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Também há notícia de investimentos em títulos na Venezuela e na Argentina. Por que o POSTALIS investiu em títulos nesses países?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, Excelência, é uma oportunidade. Esse investimento é um fundo que foi criado entre 2005 e 2008, e foram investidos 370 milhões nele. Nesse fundo, chamado fundo Atlântica, havia uma obrigação do gestor à época que ele tinha que comprar, obrigatoriamente, 80% de títulos da dívida externa brasileira, da dívida soberana. E isso foi, eu consigo imaginar, que foi vindo, está certo? Quando chegou em 2011, esse gestor, à revelia, trocou os títulos por papéis da dívida argentina, da Venezuela e da PDVSA. A partir do momento em que nós tivemos conhecimento — isso, já em 2012 —, nós fizemos a contratação do escritório de um ex-Presidente da CVM, chamado Cantidiano, o Dr. Marcelo Martin, e passamos a olhar, porque nós ainda não tínhamos esse reflexo dessa situação da troca dos títulos efetivamente registrado nos nossos balanços. A partir de 2014, quando a Mellon trocou a sua gestão, houve a primeira reprecificação. Aí já era um provisionamento que afetaria os nossos números,



inclusive equacionamento, num valor de 197 milhões. Nós entramos com uma ação na Justiça e ganhamos, ganhadora, uma ação vencedora; ganhamos uma carta de fiança paga pela Mellon junto ao Banco BRADESCO, e esse valor está depositado, aguardando a decisão judicial que ainda vai ocorrer. Passado algum tempo — não sei se exatamente; o Sandro pode me ajudar —, passados 2 ou 3 meses, eles fizeram uma reprecificação de mais 50 milhões. Entramos na Justiça e, mais uma vez, ganhamos. E aí, hoje, por volta de 250 milhões estão guardados, através de uma carta de fiança que o Mellon paga para o BRADESCO para que esse dinheiro seguramente retorne aos caixas do...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é o prejuízo estimado junto ao gestor Mellon?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele me obrigou a fazer o provisionamento desse valor, mas eu já garanti que...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas, além desse, tem outras ações?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós temos outras ações. Tivemos mais uma com a qual nós já entramos, e já estamos preparando mais uma série de outras. Porque o nosso contrato, Excelência, com o Mellon é muito claro: está registrado em cláusula que ele diz que ele seria o responsável por todos os problemas que ocorressem com seus terceirizados. Só para lembrar, eu só não queria perder o raciocínio, na quinta-feira passada o Mellon entrou novamente com um agravo especial no Rio de Janeiro e perdeu pela terceira vez.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós percebemos que, às vésperas da intervenção do Banco Central no BVA, o POSTALIS resolveu fazer dois investimentos de grande monta. Já havia notícias de que o BVA tinha dificuldades. Por que o POSTALIS decidiu fazer esses investimentos que eram de alto risco, tanto que o risco veio a se consolidar na sequência, com o fechamento do BVA?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, me perdoe. Nós não decidimos... Nós não tínhamos nenhuma informação naquele instante... Quando nós fizemos o investimento, não havia nenhuma informação no mercado de que o Banco BVA sofresse algum tipo de problema junto ao Banco Central. Ele era um banco líquido, trabalhando regularmente dentro do sistema financeiro. E os investimentos que nós fizemos é aquilo que eu disse ao senhor: nós fazemos, dentro da Diretoria



Executiva, toda uma análise técnica para a decisão do investimento. Nós não tínhamos essa informação. Acho que o mercado não tinha. Me parece que, inclusive, por causa dessa situação de surpresa do Banco Central na intervenção em outubro, tem ações de minoritários, investidores minoritários, que se sentiram lesados por não terem uma informação antecipada do Banco Central e continuaram fazendo seus investimentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Que outros negócios possuem ou possuíram com o POSTALIS os controladores do BVA, incluindo aqui o Sr. José Augusto Ferreira dos Santos, que também é mencionado em matérias da imprensa como controlador das empresas envolvidas na máfia do lixo de Santo André?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nós só temos os investimentos dos fundos estruturados que nós entramos como investidor. Não temos conhecimento dessa, de mais nenhum outro tipo de papel dentro do POSTALIS. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O POSTALIS gerou... É fato que o POSTALIS tem um déficit muito grande, e é notícia da imprensa nos últimos anos que vem fazendo aplicações com perdas de grande monta. Qual é a medida que o Diretor-Presidente do POSTALIS tomou efetivamente para estancar esses prejuízos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, Excelência, como nós fizemos aqui na minha apresentação, nós tomamos uma série de medidas de aprimoramento, principalmente na nossa governança. Colocamos uma série de medidas de criação, de gerência de risco, manual de risco, comitê de investimento plural, manual de investimento e outras medidas mais; reduzir a meta, a alçada do diretor-financeiro...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A que fatores o senhor atribui o déficit e o prejuízo do POSTALIS nesses anos? E como chegou a esse nível?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na verdade, eu agora tenho que trabalhar o resultado que me aparece dos valores provisionados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Mas a que fatores o senhor atribui esse prejuízo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu não consigo...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Falta de governança? Má gestão? Indicações políticas?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. A governança nós estamos aprimorando. Os outros fatores, como eu não estava na escolha dos investimentos na época...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Decisão... Mas a notícia que nós temos é que os prejuízos continuaram a partir de 2012; eles não foram estancados em 2011.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que os papéis começam a vencer nessa época, a partir ... Porque os papéis de fundos de pensão são feitos para longo prazo. Então, muitos deles começam a vencer a partir da minha chegada. Mas, na verdade, são investimentos que foram feitos antes de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem era a direção responsável por essa contratação? O senhor sabe nominar?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Os diretores anteriores a minha chegada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nessa contratação específica.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que eu preciso... A composição, Excelência, da diretoria-financeira e mais comitê, precisaríamos olhar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem ocupava o posto de V.Sa.?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O Alexej Predtechensky.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi ele que assinou à época?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, pode ser que não. Pode ser que tenha ficado só na alçada do diretor-financeiro. Precisa ver.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, é que depende do valor, como eu disse ali, Excelência. Como há os valores de alçada, pode ser que às vezes fique só na alçada do diretor-financeiro; não suba para a diretoria colegiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A alçada do diretor-financeiro era até 2%. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Possivelmente. Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dois por cento de 8 bilhões?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Não. Menos, não é? Lá atrás nós não sabemos qual era o valor do patrimônio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Dois... Hoje, é um, não é? Um por cento, 80 milhões? Por volta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, os grandes negócios tinham que ter aprovação específica do Sr. Alexej Predtechensky.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não necessariamente, de novo. Pode ser que não precisasse chegar na diretoria-executiva, no colegiado executivo, não é? Eu só não posso dizer porque eu não estava, não sei dizer exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Não estava, mas a regra dizia que, acima de 2%, tem que ter assinatura...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ah sim. Sim. Na diretoria. Na diretoria; não do Presidente. Na diretoria-executiva. Quando você passa de 1%, você vai para o colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para o colegiado?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. E de 5% para cima, vai para o conselho deliberativo da fundação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA Eu não tenho mais perguntas, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está bem. Antes de passar a palavra ao requerente, houve uma dúvida que foi objeto, Dr. Conquista, da audiência passada que tivemos, e muitos estão aqui, com relação a essa questão do RTSA, que é exatamente 1 bilhão de reais, que é o prejuízo dado aos aposentados e pensionistas, carteiros da POSTALIS, pela Correios, pela patrocinadora. É isso? Confere?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É. Na verdade, houve a suspensão, a partir de março de 2014, do valor que vinha sendo pago, por volta de 22 milhões mensais. E aí, atualizado para 31/12/2014, chegamos a 1 bilhão e 86.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas essa suspensão se deu porque os Correios entendia que já teria sido pago tudo. É isso? Há uma diferença que está sendo discutida. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É uma orientação do DEST que chegou para a patrocinadora, para que houvesse a suspensão por entendimento que já havia sido pago a parte incontroversa, e nós...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em que estágio está essa negociação hoje?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós estamos tentando retomar. Nós já entramos na Justiça contra os Correios, porque entendemos que esse valor é devido ao participante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na verdade, então, o DEST que o senhor diz é o Ministério do Planejamento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Ministério do Planejamento ordenou aos Correios que deixasse de reconhecer uma dívida de 1 bilhão de reais que os Correios tinha com o POSTALIS? É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu sei que é uma orientação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Orientação que vem de cima para baixo é ordem. A orientação foi seguida pelos Correios. Foi em março?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Março de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E os senhores entraram com a ação em que período?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Em janeiro, agora, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por que tanto tempo de março a janeiro de 2015 para tomar essa providência?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Porque nós temos um período em que nós temos que fazer a comunicação, notificar a patrocinadora de que ela tem que nos pagar. Está certo? Depois, construímos uma tese, porque nós sempre temos que agir com parcimônia, porque uma tese perdida pode virar um prejuízo



maior para o fundo. Então, quando nós encontramos realmente a tese, através do escritório contratado, nós impetramos a ação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, esse 1 bilhão que os Correios deixaram de reconhecer virou passivo para o POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Virou passivo, entrou no nosso equacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E virou ativo para os Correios? Sim ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu penso que esteja nos números da... Eu não tenho como afirmar isso para o senhor, porque não sei qual é a dinâmica contábil dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ou seja, num passe de mágica contábil, os Correios tiveram um superávit de 1 bilhão, no ano de 2014, para cobrir um déficit que iria apresentar, segundo apresenta o balanço dos Correios. O senhor tem essa informação?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não tenho. Infelizmente, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas 1 bilhão sumiu da sua conta?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - *(Riso.)* Eu deixei de receber a partir de março de 2014.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Essa é a vulga pedalada, Presidente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Relator.
(Pausa.)

É o que nós chamamos na semana passada de pedalada dos Correios — o carteiro, de bicicleta, indo para frente —, que será investigada por esta Comissão.
(Palmas.) Mas queria, Dr. Conquista, a pergunta.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu recordei aqui que na semana passada nós ouvimos aqueles que representam os beneficiários, e eles nos colocaram que a composição desses conselhos é de três indicados pelos



beneficiários e três indicados pela patrocinadora, e que, em caso de empate, é a Presidência que desempata. Ou seja, há o voto de minerva. O senhor, alguma vez, decidiu ou desempatou a favor dos beneficiários?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nos conselhos, eu não tenho essa atribuição. Nós estamos falando, Excelência, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. No Conselho Deliberativo são três indicados e três eleitos. O voto de minerva é do Presidente do Conselho Deliberativo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem é o Presidente do Conselho Deliberativo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele se chama Areovaldo Figueiredo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É novo o Areovaldo, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É novo. Ele chegou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o anterior, como é o nome dele?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É o Ernani Coelho.

(Manifestação no plenário: É esse aí! É ele!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tome nota, Relator.

Dentro das perguntas do Relator, ficou uma dúvida também. Outros fundos, como a PREVI, por exemplo — e acredito que também a FUNCEF —, têm hoje a regra de que os indicados façam parte do seu corpo de associados, de estatutários, nesse sentido. O POSTALIS, nessas novas teses de governança, tem algum planejamento de avançar nessa exigência de que os membros da sua direção façam parte do corpo dos Correios ou algo desse tipo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, foi como eu disse ali na apresentação. Nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não ficou muito claro.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu peço ao senhor que esclareça.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, nós estamos com o estatuto, como eu disse aos senhores, já na fase de publicação, como é obrigação legal. A partir do momento em que eu passar dessa fase, eu já posso começar, depois de autorizado pela PREVIC, é evidente... nós já podemos providenciar as eleições para a Diretoria-Executiva. Nós teremos... Eu até fui lembrado... Eu só tinha dito que nós, a partir do ano que vem, já podemos escolher um representante dos participantes na Diretoria Administrativa, candidatos para a Diretoria Administrativa. Em 2017, nós teremos mais uma vaga para a Diretoria de Seguridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quantos membros são na Diretoria Administrativa?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na Diretoria-Executiva, somos quatro: Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo e Diretor de Seguridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Todos os quatro, hoje, são indicados pela patrocinadora?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Todos os quatro indicados pela... E agora nós teremos, a partir do estatuto novo, dois eleitos no conjunto de participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas até os dias atuais são quatro exclusivos da patrocinadora?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Quatro indicados pela patrocinadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ela é que manda nos quatro... Manda, que eu digo, é que faz a indicação dos quatro...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ela é que escolhe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...sem nenhum critério de que tenham feito parte dos quadros dos Correios?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perfeito. Não tem vinculação, não tem essa obrigação, ainda, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não tem essa obrigação. Essa obrigação virá em 2016, com um, e, em 2017, com dois.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Exatamente. Aí ela vai ter a... Vai ser aberto para o conjunto de participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E nos outros conselhos? No Conselho Deliberativo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Também são eleitos. Aí já é uma obrigação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. São quantos membros no Conselho?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - São três eleitos e três indicados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - São três eleitos e três indicados. No Conselho Fiscal...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Dois eleitos e dois indicados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dois eleitos e dois indicados. Dos indicados, tanto no Conselho Deliberativo quanto no Conselho Fiscal, também não há nenhuma exigência nem critério de que haja um vínculo...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não... Hoje, sim, obrigatoriamente, dentro do conjunto de participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tanto dos indicados quanto dos eleitos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deixe-me só lembrar, Sr. Presidente, que o Conselho Fiscal tem uma diferença do Conselho Deliberativo. Sempre um eleito é o Presidente do Conselho Fiscal. Sempre um eleito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Outra dúvida da palavra do Relator, para poder passar adiante. V.Sa. falou da sua relação com o tesoureiro do PT João Vaccari Neto, durante os tempos de vivência na política sindical bancária. Depois que assumiu a Direção do POSTALIS, V.Sa. continua a manter esse relacionamento estrito com o Vaccari?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não estrito, mas nós nos encontramos. Por ter esses problemas todos, que eu vivia, e vivo, diariamente, na tentativa da solução, com a Diretoria Executiva, dos problemas do POSTALIS, nós conversávamos muito, porque éramos manchete de matérias de TV, de rádio, de jornais. Então, muitas vezes, nós conversamos sobre a preocupação do que isso



poderia implicar e como sairíamos disso. Particularmente, a preocupação com a questão dos participantes, porque o equacionamento penaliza o participante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o seu conselheiro, para se livrar dessas confusões, era o Vaccari?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Eu só disse ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas o senhor disse que ia pedir orientação a ele.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós conversávamos sobre o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tudo bem, esclareça. Eu estou perguntando até para ficar melhor para o senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós conversávamos sobre... É óbvio que a conversa não se restringia só a isso, mas, particularmente, o tempo maior era com essas preocupações e com os problemas que eu enfrentava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essas conversas aconteciam no POSTALIS ou V.Sa. é que ia ao PT?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu ia ao PT. Nunca foi ao POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele nunca veio ao POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor é que ia ao PT. Pelo telefone, também, conversava bastante?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não conversei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pelo telefone não conversava?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não conversava.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - O Vaccari tinha ingerência nas decisões, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. poderá fazer essa pergunta, e com certeza saberemos a resposta.



Eu só quero deixar claro. V.Sa. disse que não tinha contato telefônico com o Dr. Vaccari.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Qualquer quebra de sigilo poderá dizer.

Por fim, o contrato de Cajamar foi feito durante a gestão de V.Sa.? Do famoso terreno de Cajamar?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele foi feito com que critério?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O critério da compra de um imóvel — no caso, de Cajamar — também tem o mesmo rigor de um investimento em papel. Ele precisa passar por análise, ele precisa passar por opinião legal, ele precisa passar, no caso de um imóvel, por uma avaliação técnica, não é? Vai para o comitê, e o comitê recomenda ou não a compra. No caso de Cajamar, isso ocorreu. Eu só cheguei em 2 de abril de 2012, já numa fase de ele estruturado, para a gente aprovar na Diretoria Executiva e também no Conselho Deliberativo, porque essa é uma regra do nosso estatuto. Nós temos que passar todas as compras de imóvel pelo estatuto e pelo Conselho Deliberativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem opinou favoravelmente pela regra, então, foi a Diretoria...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A Diretoria Financeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Diretoria Financeira opinou. Aí, há o comitê de investimento. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É. Isso, já passado pelo comitê, vai para a Diretoria Financeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, inicia pelo comitê de investimento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Inicia pela análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pela análise de quem?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - De um técnico, que vê todo o processo, se realmente aquilo é um investimento razoável de ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem é esse técnico?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele faz parte da Diretoria Financeira, da gerência de ativos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse técnico opina e passa para o comitê de investimento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Ele passa para o seu gerente; depois do gerente, possivelmente ele recomenda a opinião legal. Tem que ter necessidade de saber, se realmente você vai comprar um imóvel, quem está vendendo. Está certo? E aí passa para... No caso do imóvel, precisa de uma avaliação, e depois segue para o comitê. Todos esses documentos juntados passam para o comitê, para tomar a decisão da compra ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Você sabe que essa compra gerou muita confusão, tanto na mídia, quanto na Justiça?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Diz-se, na mídia, que havia a previsão de compra por 150 milhões, direto ao dono do empreendimento, mas na verdade o POSTALIS comprou de uma empresa da Nova Zelândia. Confere?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A empresa LATAM Real Estate. Não confere essa informação que está na mídia?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nós compramos da LATAM do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Da LATAM do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É a filial de uma empresa neozelandesa, perfeito?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu não tenho conhecimento se é exatamente isso. Isso está na matéria da revista. O que eu posso afirmar ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A nossa opinião legal, ela tem que, obrigatoriamente, saber quem é o proprietário legal do imóvel. Certo?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. E quem é o... O proprietário legal do imóvel era a LATAM do Brasil?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - LATAM do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem respondia pela LATAM do Brasil?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eram seus procuradores. Eu não saberia dizer para o senhor. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Você não sabe dizer quem eram os procuradores que representavam? Não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, porque, possivelmente, seja a nossa escritura. Eu posso remeter depois à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em que prazo você pode remeter essa escritura para a Comissão?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Amanhã mesmo eu já posso fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, pronto. É importante saber, porque o que diz a imprensa, e precisa ser averiguado... Porque, inclusive — gostaria de saber se confere —, os bens de V.Sa. estão indisponíveis, em virtude dessa compra.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Exatamente. Estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Justiça decretou a indisponibilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Seus e de mais alguém?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Somos eu, na Diretoria, mais três, na época, e mais o Conselho Deliberativo, que aprovou, e mais os representantes das empresas. E eu já fiz a minha defesa para tentar a solução desse problema. Nós entendemos que não deveríamos ser penalizados dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - As repercussões também dizem que teria havido ingerência política, influência para o direcionamento desse negócio. V.Sa. nega isso?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nego, porque não estava na negociação do imóvel. Então, não tenho o menor conhecimento se teve ingerência política ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Muito bem. Eram alguns esclarecimentos. Deixarei para os autores do requerimento e os Srs. Deputados e Deputadas a continuidade das perguntas.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Fernando Francischini. Na sequência, falará a Deputada Carmen Zanotto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Espere aí. Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acho que os requerimentos de autorias similares foram realizados na seguinte ordem: 45, Paulo Azi; 110, Samuel Moreira; 124... E aí vai. Eu não faço objeção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ah, perfeito. Está aqui.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Podemos até fazer uma combinação. Mas seria bom que se seguisse a ordem das...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, está perfeito. Eu estava pulando uma página. Já estava na... Está perfeita a pergunta de V.Exa. Eu estava adiantado, na página seguinte. O Deputado Francischini, na verdade, é o quarto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o autor do primeiro requerimento, Deputado Paulo Azi. *(Pausa.)* Ainda não se encontra presente.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira. Na sequência, Deputados João Rodrigues, Fernando Francischini, Pompeo de Mattos e Carmen Zanotto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados... Acho que são 5 minutos. Não são, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - São 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu vou, então, pedir ao senhor que colabore conosco no sentido de anotar e depois responder tudo de uma vez.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - São várias perguntas. Em 5 minutos nós não conseguiríamos fazer...



Sobre Cajamar, eu queria perguntar o seguinte: as informações que nós temos são de que a LATAM comprou esse terreno, de propriedade do Sr. Luiz Fernando Pires, que era o proprietário. Comprou por cerca de 150 milhões. E, após alguns meses — eu gostaria de saber quantos meses; falam em 3 meses, 4 meses —, vendeu para o POSTALIS por cerca de 190 milhões.

Eu queria também saber se há processo administrativo correndo dentro do POSTALIS, com sindicância, a respeito desse assunto.

Queria também saber sobre uma aplicação que foi feita no BNY Mellon, em 2012, que, segundo notícias, gera um prejuízo de 40 milhões ao POSTALIS.

Eu também queria saber quais as medidas internas que o senhor tomou com relação a isso, se há processo administrativo para investigar a denúncia, se há sindicância. Qual o procedimento adotado pelo POSTALIS?

Também quero saber sobre um investimento que, segundo notícias, gera prejuízo de 50 milhões ao POSTALIS, no Trading Banks. A mesma coisa: tem processo administrativo? Se tiver, desses, eu gostaria que o senhor nos remetesse cópia — quando foi aberto, como ele está —, na sua íntegra.

Eu queria falar um pouquinho sobre o Grupo Galileo — o senhor já ouviu falar? —, constituído em 2010, reunindo algumas faculdades do Rio de Janeiro. Um dos diretores chama-se Milton Lyra.

Pelas informações que nós temos, o POSTALIS aplicou cerca de 100 milhões de reais no Grupo Galileo, que foi formado em 2010, cujos cursos dados em garantia eram mensalidades dos cursos de Engenharia de algumas faculdades que constituíam o Grupo Galileo — um dos diretores era Milton Lyra.

As notícias que nós temos são de que esse grupo quebrou. As faculdades foram fechadas, e já estavam com processo, no MEC, de interdição dos cursos.

Eu queria que o senhor se manifestasse sobre isso, sobre esse prejuízo e, também, se foi tomada alguma medida interna com relação ao Grupo Galileo e aos investimentos feitos pelo Grupo Galileo.

Eu queria saber também sobre o FIDEX, criado em 2006, que é o Fundo de Investimento de Dívida Externa, que é da POSTALIS. Criou-se um fundo para adquirir títulos de dívida no exterior. Primeiro, se tem transação com algum outro



país, além de Argentina e Venezuela. Segundo, por que a Argentina e a Venezuela? Houve alguma orientação de governo, política, superior?

Aí surge a LATAM. Eu queria só lembrar também, porque é meio incrível, mas, no terreno de Cajamar, chama-se LATAM também, LATAM Real Estate, da Nova Zelândia, que é aqui do Brasil, como o senhor disse. Na aquisição dos recursos da Argentina, também é LATAM, LLC americana. Ela adquiriu os títulos da Argentina, está sofrendo um processo da SEC, que é praticamente a CVM aqui do Brasil. Está processando a empresa por fraude. Ela adquiriu os títulos da Argentina e vendeu ao POSTALIS. O operador chama-se Fabrício Neves. O BNY Mellon supervisionava isso. Esse fundo criado pela POSTALIS tinha 384 milhões e hoje tem 123,8 milhões. A LATAM comprava os títulos e, segundo o processo que os Estados Unidos moveu, que a SEC moveu nos Estados Unidos contra a LATAM, havia provas de fraudes, inclusive com *liquid paper*, aquele corretor. O Fabrício alterava o valor e vendia ao POSTALIS, usando inclusive *liquid paper*, como está no processo. E vendia alguns papéis por 30% a mais, de um dia para o outro, para a POSTALIS, chegando até a vender papéis por 64% a mais, em poucos dias, para a POSTALIS. Em 2005, a LATAM, essa americana, do Fabrício, teve um lucro de 34 mil dólares. A partir daí, vendendo títulos da dívida argentina para o POSTALIS, passou a ter lucro, na média, de 24 milhões por ano. Tinha 34 mil dólares e passou a ter, na média, 24, 25 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Na Venezuela, a mesma coisa. Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Eu queria que o senhor falasse um pouco dessa política de investimento de microbancos — Banco Cruzeiro do Sul, Banco Topázio, BVA, Oboé. Que bancos são esses? Por que compra títulos do BVA, quando está num processo de intervenção, e logo depois tem a intervenção?

Eu tinha muitas outras perguntas. Eu queria saber sobre o prédio do POSTALIS que foi vendido aqui em Brasília por 8,2 milhões. Quem comprou o prédio foi uma empresa criada 6 meses antes, de propriedade do cunhado de Milton Lyra. Queria saber se isso é verídico. Queria saber por que ele aluga por 139 mil reais por mês, quando vendeu por 8,2 milhões.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado. A Mesa já foi tolerante.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu já estou concluindo. Eu tinha outras perguntas aqui, mas ficam para uma segunda rodada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Antonio.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, o senhor me ajude, porque eu fiz as anotações e pode ser que eu tenha não anotado, com a pressa, alguma coisa que o senhor tenha pedido. Na questão de Cajamar, essa negociação noticiada de que a LATAM comprou, alguns meses antes, do Pires e depois vendeu para nós, nós não temos esse histórico dentro do POSTALIS. Nós só temos a LATAM do Brasil como proprietária, tanto que na nossa... Desculpe.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, porque pode ser que tenha algum registro de imóveis.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. É exatamente isso que eu ia falar para o senhor. No registro de imóveis, eu só tenho a LATAM do Brasil. Eu não tenho as outras. Está certo? Eu não tenho... Eu posso, depois, como eu já me comprometi aqui com a Comissão, amanhã mesmo já passar todo o processo de Cajamar para cá.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O terreno não tinha dono antes de 2010?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Tinha dono, mas não tem o Pires, essa transação toda.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ninguém foi ver também? Ninguém quis saber?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, é opinião legal, não é? Nós temos a obrigação de fazer isso. Então, o escritório contratado à época para ver toda a legalidade do dono do imóvel, se ele realmente era o dono do imóvel...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O histórico do imóvel, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. É por isso que eu estou dizendo que eu remeto para os senhores...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A matrícula, o histórico.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não temos isso ainda...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Temos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ...dentro do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Temos. Ao contrário, temos. Eu estou dizendo para o senhor: eu remeto para os senhores. Eu remeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele vai dar conhecimento amanhã.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor não tem conhecimento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, é que não tem LATAM New Zealand dentro, não tem o Pires. Dentro da matrícula, nós não temos isso. É isso que eu quero dizer para o senhor. Eu só tenho a LATAM do Brasil.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu estou perguntando ao senhor. Se não tem conhecimento, tudo bem. O senhor não tem conhecimento, então, anteriormente. O senhor não pesquisou, não procurou, não pediu para ninguém ver, o senhor também não sabe?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, é que nós nos baseamos numa opinião legal, não é? O escritório de advocacia contratado para isso tem, obrigatoriamente, de olhar todos... Eu não sei exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele já está na fase das respostas.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Mas é que eu pediria para que ele respondesse, que ele pudesse dar todas as respostas, porque, na medida em que ele está dando respostas, ele está sendo interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, vamos.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Para ele ter o controle da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Dr. Antonio Carlos Conquista poderá prosseguir com as suas respostas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, é só para afirmar que o conceito que nós temos... Eu disse aos senhores: toda obrigação que nós temos que ter é percorrida nesse processo. A opinião legal é para ver a legitimidade de quem



está vendendo. Então, tudo isso foi percorrido. Devem ter visto todos os cartórios possíveis. Eu só posso presumir. Como eu não estava... Mas eu posso dizer ao senhor que isso deve ter acontecido. Processo administrativo nós não temos, porque essa é uma venda totalmente dentro daquilo que nós realmente podíamos fazer, não é? A partir do momento em que nós tínhamos todos os processos de governança obedecidos, ele chegou à Diretoria Executiva e, depois, ao Conselho com a aprovação. Eu não tenho nada de anormal nele, está certo? E aí nós fizemos a compra.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quando o senhor tem conhecimento de uma denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Samuel, ele tem que continuar agora. Vamos terminar na segunda rodada. Lamento, seria bom, mas nós temos outros companheiros para falar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - E esse é um caso que, para nós, está concretizado. Os Correios já são nossos locatários por 20 anos. Somos conhecedores de que os Correios costumam ficar mais de 40 anos no imóvel. Nós vamos receber aluguel. Já estamos recebendo. Então, é um retorno seguramente seguro, e nós não precisamos disputar a *performance* de papel, não é? É um investimento que a gente entende que tenha sido realmente feito da forma correta e que vai trazer todo o retorno esperado para dentro do POSTALIS. A questão dos 40 milhões do Mellon, o senhor precisa me dizer exatamente qual é o caso. Eu não sei. Eu peço desculpas. Sem o senhor me apontar exatamente qual é o caso, porque, como o Mellon é o nosso maior administrador, eu não sei exatamente de quais 40 milhões nós estamos falando. Peço desculpas.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Qual é o prejuízo, hoje, do Mellon? Eu também não quero ficar perguntando, mas...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que eu não tenho prejuízo com o Mellon, não é? Eu tenho é com os fundos. Eu vou chegar ao FIDC. Aí eu entrei com ação na Justiça. Trendbank, como eu disse aos senhores no começo, já me foi perguntado, nós entramos em 2010 nele. Está certo? O que fizemos a partir do momento em que teve o problema, no ano passado, nós e os outros demais cotistas? Trocamos o gestor, não é? Os cotistas, reunidos, trocamos o gestor. E



agora nós estamos numa fase de avaliação do passo para a Justiça — certo? —, para tentar buscar aqueles que eventualmente puderam ter trazido prejuízos para o POSTALIS. E a nossa participação dentro do fundo é só de 11%. Eu tenho até aqui... Já tinha trazido aqui a minha pautinha. Então, no Trendbank também nós não temos processo administrativo, porque nós estamos nessa fase de recuperação, está certo? O.k.? Grupo Galileo...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor me desculpe. Eu não concordo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Siga as inscrições.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O Grupo Galileo também é um investimento de 2010. Os recebíveis não estavam vinculados à Faculdade de Engenharia e sim à de Medicina. Era a melhor remuneração de recebíveis que nós tínhamos, está certo? E o MEC, com os problemas administrativos que a Faculdade Gama Filho vivia, lá no Rio de Janeiro, acabou suspendendo a sua autorização para explorar o curso de Medicina. O que nós fizemos imediatamente foi pedir a liquidação antecipada de investimento. Foi isso. Fomos buscar os nossos recursos, os nossos direitos, está certo? Há uma ação judicial em curso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quais os valores dessa operação?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele não recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quanto vocês investiram e quanto vocês resgaram? Você sabe?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós investimos 81 milhões e já recuperamos 44 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode seguir.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A respeito da informação de medida administrativa, também nós não o fizemos, porque é tudo fase de Justiça ainda. Sobre o FIDEX, eu já disse aqui, pode ser até que seja repetitivo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O FIDEX é o Fundo de Investimentos no Exterior.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em títulos no exterior.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Dívidas no exterior.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Nós... Era um fundo criado entre 2005 e 2008. O gestor, à revelia, tanto do POSTALIS quanto da Mellon, que é o nosso administrador, trocou os títulos. Ele tinha obrigação de 80% de títulos, só comprar títulos da dívida soberana do Brasil. Ele fez isso no começo. Quando chegou em 2011, no final do ano de 2011, ele trocou à nossa revelia. Está certo? O que nós fizemos? A partir do momento... Eu já disse isso aqui.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Só para ele explicar mais detalhado isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O que é à revelia?

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Para ficar mais detalhado esse trecho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa é uma questão técnica. Quem não acompanhou a história desde o começo... Eu só peço a V.Sa. que nomine. Que V.Sa. fale que tem o responsável, que tem o Banco Mellon como gestor...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ... e tem o operador.

Quem era o operador?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O Fabrizio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Fabrizio Neves.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Como foi dito aqui. Chamava-se Fundo Atlântico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Fundo Atlântico.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele era o gestor. O administrador é o Mellon.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM – Só para ficar claro, quem fez à revelia? Sobre esse assunto, Presidente, só para ficar claro quem fez à revelia, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele trocou os títulos, e nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele, o Fundo Atlântico?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. O que nós fizemos? Nós entramos com uma ação, porque a cláusula — eu disse aqui já anteriormente —, a



cláusula que nós temos no contrato com o Mellon é muito clara. Qualquer prejuízo que nós, POSTALIS, pudéssemos eventualmente sofrer numa operação feita com um terceiro, que ela tinha que administrar, ela diz claramente no contrato para nós que ela se responsabilizaria. Portanto, nós entramos com uma ação na Justiça. Eu também posso remeter para os senhores, aqui para a Comissão...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA – Há esse nível de instância, por exemplo, à revelia? Há?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele fez sem consultar ninguém. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele, Atlântico.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele, Atlântico. Isso. Desculpe. Perdão, Excelência. O Mellon tinha que ter tomado a iniciativa para que isso não acontecesse, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A responsabilidade é do BNY Mellon?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Como administradora, ela não poderia ter deixado isso acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A ação que vocês estão ajuizando é contra o BNY Mellon?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. E já somos vencedores. E o Fabrizio também. O Fabrizio também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Porque, no contrato entre o POSTALIS e o BNY Mellon, existiam poderes quase ilimitados para que o BNY Mellon assim agisse?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ela tinha que administrar o seu terceirizado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ela não tinha que consultar o POSTALIS sobre a autorização prévia para determinados...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Não precisava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o que o Atlântico fez foi vender os títulos...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Trocou, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Trocou os títulos brasileiros por venezuelanos e argentinos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Argentinos; e a PDVSA, a venezuelana.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Gestão modelo peneira. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aquele bom negócio.

E quais são os números de investimento e de prejuízo que essas operações dão?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Aí foram 370 milhões investidos. O Mellon precificou aqui, acho que os senhores se lembram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Trezentos e setenta milhões de reais ou de dólares?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Cento e noventa milhões... Trezentos e setenta milhões de reais. Ela reprecificou no ano passado, no primeiro momento, 190; nós ganhamos a ação na Justiça e conseguimos a carta de fiança para reter esse valor numa conta vinculada; e depois, mais 50 milhões, que dá um total de 250 milhões. Então, nós estamos com essa garantia guardada lá. A Justiça, como eu disse, quinta-feira passada, em mais uma tentativa do Mellon de derrubar a nossa liminar... Ele sofreu de novo uma derrota por três a zero. Nós já estamos numa instância de mais decisão.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - O que mais me impressiona é esse Mellon estar dentro ainda e estar administrando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas, calma. No momento correto haverá intervenção. Prossiga.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu já volto depois. Na LATAM...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas hoje o POSTALIS não tem mais dívida da Venezuela não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Isso está dentro do fundo. Não é conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nós nunca tivemos. O POSTALIS comprou um título da Venezuela e da Argentina. Nós nunca o fizemos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só da PDVSA.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, também não. São os três dentro do fundo. LATAM, Deputado... Desculpe, Excelência, o termo. Eu não tenho como dizer ao senhor se é uma coincidência ou não. Eu não conheço a formação das empresas. A LATAM, que vendeu — é um nome, não é? —, que vendeu para nós aqui o terreno em Cajamar e a LATAM, lá dentro desse processo do FEDEX, lá nos Estados Unidos... Eu peço desculpas, mas eu não tenho elementos para ajudá-lo. Corretagem, nós tivemos essa informação no *Valor Econômico*, em agosto de 2012. Por isso, eu disse aqui, na minha apresentação, que nós contratamos o Dr. Cantidiano e o Dr. Marcelo Martin para saber exatamente se isso tinha acontecido. Esse é o processo que nós movemos contra o Mellon, está certo? Os motivadores do processo contra o Mellon. A questão dos bancos pequenos... O senhor me deu uma série de relações, de nomes. Eu preciso que o senhor me volte a lembrar, porque eu não consegui anotá-los.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Banco Cruzeiro do Sul, Banco Topázio...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós não...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - BVA, Oboé.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Essas compras são anteriores à minha chegada. Eu só tenho alguns aqui. Banco Cruzeiro do Sul: todo o valor investido em DPGE nós recebemos. Foram investidos em 17/5/2010 110 milhões; recebemos 136 milhões. Desculpe, o Banco Oboé eu não tenho aqui. O Banco Topázio, eu tenho a informação de que nós também recebemos. Era DPGE, também recebemos tudo. Só fiquei sabendo hoje também, porque não tinha essa informação dos bancos. Eu não consigo ter todos os nomes na cabeça. No Banco BVA, nós temos três investimentos: 65 milhões no FDIC, recebemos já 32; um DPGE de 20 milhões, totalmente recebido; e as LFs, que foram feitas pelo Mellon. De 50 milhões, nós já começamos a receber, porque essa é uma demora maior na questão de você buscar os credores dos títulos, do fundo, 3 milhões e 294... O senhor tem mais algum banco? Desculpe se eu perdi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Banco Santos...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Banco Santos?



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Há vários.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O Banco Santos, nós continuamos também recebendo pouco, mas continuamos recebendo. A massa falida tem uma discussão enorme. Os senhores devem acompanhar. Parece que agora vamos conseguir os...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, mas eu perguntei se era uma política do banco essa questão dos micros.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu não estava nessa época da decisão dessas escolhas, mas, na questão do Banco Santos, em particular...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para esclarecer. É natural que ele também não tenha conhecimento de decisões do passado para responder sobre elas. Os diretores da época serão chamados para esclarecer a tomada de decisão à época, como o Dr. Antonio Carlos Conquista tem a obrigação de responder sobre as tomadas de decisão de 2012 para cá.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. A registrar, Excelência. Nós já temos os pedidos dos senhores sobre a questão de todos os nossos investimentos, desde 2003. Isso vai chegar aqui para a CPI. E o prédio sede, eu também cheguei já com essa decisão. Houve uma decisão da Diretoria Executiva, no ano de 2010, de se desfazer de todo o seu patrimônio em imóveis. E aí passamos a ser inquilinos aqui dessa sede que nós ocupamos no Setor Comercial Sul. E o valor que nós pagamos de aluguel é um valor de mercado. Nós só podemos pagar um valor de avaliação feita. Está certo? E aí nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual é o valor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Centro e trinta e cinco mil reais, porque o...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - De 8,2 milhões, que foi vendido...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Só questão vocativa de Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos passar ao seguinte...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu quero só registrar, Sr. Presidente... Para concluir, quero registrar que eu percebi que não houve nenhuma



medida interna, administrativa promovida pelo senhor, com relação a essas denúncias. Nenhuma sindicância, nenhum processo administrativo foi aberto. Eu queria que isso fosse registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É isso, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Eu posso responder. Desculpe. Nós fazemos uma...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não tomou nenhuma medida sobre esses casos.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A decisão não é só do Presidente. É uma decisão da Diretoria colegiada. É que nós...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas não foi aberto. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ainda não, porque nós...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ainda não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É porque nós estamos numa fase...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, pela ordem. Eu peço a garantia da palavra ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já está concluído, já está concluído. Eu quero dizer ao depoente que ele não precisa responder fora do tempo. Está certo? Já esclareceu. As auditorias internas, sim, existem. Não é verdade? E vai ser solicitada pela Presidência, para que as auditorias internas do POSTALIS sejam remetidas a esta Presidência.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues, segundo requerente, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, permita-me. São poucas perguntas.

Eu quero aqui cumprimentar o Sr. Presidente, as Sras. e os Srs. Deputados.

Eu estou observando atentamente, desde o início, a sua manifestação, Sr. Antonio Carlos Conquista, que é Presidente do POSTALIS. Eu percebo, obviamente, que o senhor veio aqui com a melhor das intenções para prestar todas as informações. Mas eu já conheço, há muito tempo, muitos casos que começaram



aqui nesta CPI, ou em outras CPIs, e depois, lá no final, tiveram os desdobramentos mais severos possíveis. E muitos dos depoentes que aqui vieram tiveram consequências irreparáveis porque, no momento em que deveriam ter dito tudo o que era para ser dito, acabaram omitindo algumas informações.

O senhor está certo de que tudo o que o senhor está dizendo é extremamente a verdade daquilo que o senhor sabe? Exatamente de tudo? O senhor não está deixando nada de importante para trás, que é importante que esta CPI saiba, ou o povo brasileiro saiba? Tem alguma coisa que o senhor não está falando, que devia ser dito?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Todas as perguntas, Excelência, tenho respondido com toda a tranquilidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas eu noto que, em alguns momentos, o senhor não é afirmativo na resposta, colocando “*não sei*”, “*não estava lá*”, “*não vi*”.

Mas quero lhe fazer... Por favor, o senhor anote. O senhor está desde 2012. E nota-se, no relatório apresentado, que os maus investimentos feitos pelo POSTALIS causaram o prejuízo e o rombo que aí estão.

É notório que todo e qualquer homem público que assume uma função de dirigente — prefeito de uma pequena cidade, diretor de um fundo, qualquer que seja a missão —, quando lhe é dado mesmo um cargo político, como é o seu caso, em tese, quem o coloca lá, coloca-o com a missão de ser o melhor gestor. E todo gestor, quando assume, passa a limpo aquilo que está assumindo. Ele faz uma avaliação de tudo o que está diante de si, porque tudo o que está... Por mais que... É o conselho que aprova, é o diretor A ou o diretor B que o traz. É óbvio que o senhor tem que tomar conhecimento de tudo. Até porque eu já fui prefeito de uma pequena cidade, de uma grande cidade. Qualquer assinatura que o prefeito dê, mesmo não sabendo do que se trata, ele é punido sem saber por que o foi, o que aconteceu, porque, muitas vezes, o servidor público, na ponta, comete algum ato, algum equívoco. Mas é notório, pelo que percebo... O senhor, nas suas respostas, tem dito: “*Olha, foi antes de eu chegar, mas eu não sabia disso, eu não vi isso*”.

A pergunta que faço é: houve displicência da sua parte, ao assumir, em 2012, ou o senhor procurou tomar pé de toda a situação dos investimentos feitos pelo



POSTALIS? Se tomou, por que o senhor não tomou nenhuma providência para rever alguns papéis antes que estourassem, como o caso dos investimentos na universidade que faliu, da compra de um terreno, que tem uma série de coincidências esquisitas? É muita coincidência. É muita coisa pensada.

Então, eu quero que o senhor também entre nessa esteira para nos responder. E eu quero, aqui, fazer três perguntas mais técnicas, obviamente.

O senhor entende que a suspensão da cobertura do déficit da ordem de 1 bilhão e 800 milhões seria motivo para intervenção da PREVIC, por se tratar de aporte?

Gostaria que o senhor anotasse, e, depois, o senhor pudesse responder.

Houve algum pedido de responsabilização, por parte do POSTALIS, dos administradores do patrimônio dos Correios, quanto à suspensão desse aporte de 1 bilhão e 800, como prevê o parágrafo único do art. 57 da Lei Complementar nº 109? Houve? Ou seja, foram tomadas as devidas providências?

E, detalhe importante, eu ouvi citarem o nome de Ernani Coelho, e eu vi que alguns servidores, algumas pessoas que são ligadas, talvez, aos Correios ou ao POSTALIS reagiram de forma negativa. O que esse Ernani é?

Até sugiro, Sr. Presidente, que... De repente, seria importante chamar o Sr. Ernani, porque a voz do povo é a voz de Deus. As ruas falam. (*Palmas.*) Então, se nós, sempre que há algum ruído...

E também gostaria de pedir ao senhor... O senhor mencionou, na avaliação do terreno, que foi o técnico que trouxe para dentro... Eu gostaria que o senhor citasse o nome do técnico e que ele fosse convidado para vir também à CPI, para explicar direitinho como é que ele foi descobrir esse terreno, quem o procurou, quem trouxe para ele, porque todo negócio, senhores... Nenhum Deputado que chegou aqui... para bobo não serve. Quando o senhor é gestor de um fundo como o POSTALIS, obviamente o senhor é procurado por muitos investidores. Muitos o procuram e dizem: "*Olha, aqui tem o melhor investimento*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Partindo para a conclusão, Deputado.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - A pergunta é: o senhor recebeu, lá no POSTALIS, algum investidor, algum corretor, algum representante dessas empresas, em algum momento, no seu período de gestão?

Então, eu resumo as minhas perguntas apenas nisso, e faria esse parêntese da convocação do Sr. Ernani aqui, já que isso gera uma certa dúvida por quem está ligado diretamente aos funcionários dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, eu não recebi nenhum — desculpe, se eu guardei... — corretor, investidor para a questão de Cajamar, porque ela já estava resolvida. A minha chegada ao POSTALIS, em abril de 2012...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Ou de qualquer outro investimento que venha depois da sua gestão, com qualquer outro investidor.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nós não temos nem recursos para investimentos mais em imóveis. Só foi esse mesmo. Não teve mais.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, de aplicação de fundos também, para aplicações em...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, eu não... É assim, eu não tenho como dizer ao senhor se isso ocorreu, porque nós recebemos, mas nem tudo o que um investidor, um empresário chega para a gente, a gente sempre remete para a área técnica fazer a avaliação. Então, eu só tenho priorizado compra de títulos, desde novembro de 2013.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas o senhor não recebeu ninguém para tratar de nada direto com o senhor? Nunca houve...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - De Cajamar, o senhor me perguntou. Eu marquei aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - De qualquer investimento.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Nenhum corretor, nenhum investidor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu recebo, de forma institucional, as pessoas que procuram o Presidente, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Perfeito.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - De uma forma muito menor. Geralmente, essas coisas correm naturalmente pela Diretoria Financeira, pela área financeira, certo? Mas, quando eu recebo, e alguém me deixa alguma coisa para que seja analisada — algum produto, algum papel —, a gente sempre remete para a área financeira.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Então o senhor afirma que o senhor, realmente, recebeu investidores...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - ...com os quais o senhor tratou de assuntos de interesse tanto deles quanto do POSTALIS. E, obviamente, pelo que o senhor está dizendo, a alguns o senhor deu sequência; outros, o senhor nem levou adiante.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Todos dão sequência, todos vão para análise.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O.k.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nenhum eu posso decidir. Eu não tenho essa competência. Sobre o Ernani, eu não sei se, voltando de baixo para cima, Presidente...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pode ser.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ernani Coelho é um companheiro que foi colocado, ainda não estava no POSTALIS, como indicado da patrocinadora para ser o presidente do Conselho Deliberativo. É isso que eu posso dizer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É filiado também?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Aí já não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não sabe?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não tem esse conhecimento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não sei. Aí...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O senhor não sabe, o senhor não quer saber ou o senhor não quer contar?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não tinha militância sindical com ele?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu só o conheci aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só o conheceu em Brasília.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Não, tudo bem... E ele foi presidente do Conselho Deliberativo em que data?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Puxa vida! Seis anos. Eu só não sei... Nós temos que fazer uma conta aqui, de seis para trás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De 2006 a 2012?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ah, ele saiu agora, em 2015?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Saiu em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De 2009 a 2015?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Possivelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Dois mil e oito, 2009.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas ele esteve com o senhor durante 3 anos, então?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Três anos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas 3 anos, companheiro político, não sabe se era filiado? Pelo amor de Deus! Eu, com meus companheiros... Eu conheço todo mundo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O sujeito, quando é do meu partido, atravessou a rua, me chama pelo nome; se não, se apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Vamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu faço esse questionamento só para tirar essa dúvida. Isso não é relevante.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que eu...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele já respondeu que não sabe. Se amanhã soubermos que ele sabia e não disse, haverá complicação para ele.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Por favor, o senhor me falou de 1,8 bilhão. Eu não sei se é 1,86 bilhão.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Exato, eu...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É a RTSA, não é isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Exato, exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É a RTSA.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, a RTSA, a partir do momento em que houve a suspensão, no ano passado, nós entramos com uma ação na Justiça, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Antonio Carlos Conquista, nós já passamos pela CPI da PETROBRAS, por várias CPIs, uma atrás da outra, e fui um dos que, talvez, tenha feito as inquirições mais duras com o Sr. Paulo Roberto Costa e com o Sr. Nestor Cerveró. E eu vou ser muito sincero com o senhor. O senhor já leu um livro que se chama *O Corpo Fala?* O seu corpo está falando pelo senhor. Eu tenho preocupação — e eu falei para o Cerveró; se o senhor buscar isso na CPI da PETROBRAS... — de que o senhor seja alvo de uma operação da Polícia Federal em pouco tempo, com as declarações que o senhor está fazendo aqui, nesta data.

Então, vou fazer perguntas para o senhor... Podem ser perguntas que vão ser levadas em conta pelas autoridades que estão acompanhando a nossa CPI e possíveis investigações criminais sob sigilo de Justiça. Não sei se o senhor acompanha o caso Marsans. Autoridades teriam mencionado que o fundo POSTALIS ia fazer um aporte de 50 milhões à Marsans, controlada por Youssef, que seria o POSTALIS que faria esse aporte.

Então, vou fazer perguntas que lhe dão a oportunidade que foi dada a Nestor Cerveró, Paulo Roberto Costa e outros, de revelar publicamente o que sabe e em que pode colaborar com a CPI, passar a ser um colaborador, ou até, mais adiante,



talvez um delator, bem diretamente, bem sinceramente, porque não sou alguém de meias palavras. Quero saber se o senhor tinha conhecimento — é a primeira pergunta —, se alguém tentou marcar com o senhor uma conversa sobre o Grupo Marsans, se algum político, algum Deputado ou Senador, alguém o procurou para que o senhor recebesse o Sr. Youssef ou alguém ligado a esse Grupo Marsans, já que isso está nas delações premiadas da CPI da PETROBRAS e envolve o fundo de que o senhor é o atual diretor-presidente.

Quero saber também se o senhor, além de filiado ao PT, fez reuniões de negócios com consultorias ligadas ao Sr. José Dirceu, ao Sr. Palocci, ao Sr. André Vargas e a pessoas do Governo de que nós não temos ainda informações mais completas como temos dos anteriores, dos quais alguns estão presos e outros sendo processados. Quero também saber se o senhor esteve alguma reunião em que houve conversas comerciais com o Sr. Paulo Bernardo e com o ex-Ministro Mantega. Quero também saber se o senhor tem em seu nome alguma pessoa jurídica, consultoria, e se ela tem contas no exterior. E depois eu volto, se o Presidente me permitir, depois dessa resposta, com uma nova pergunta para V.Exa.

Mas para finalizar, mais uma pergunta: o senhor conhece o Sr. Henrique Peters, da Sandria, uma operadora de fundos de pensão que até este momento está submergida em todas as denúncias que há na imprensa? O Sr. Henrique Peters pode passar a ter a partir de agora uma atenção central, nesta CPI dos Fundos de Pensão. E por fim, gostaria de saber se eu realmente estou enganado, quando eu digo que o corpo fala, sobre os sinais que o senhor dá, para alguém que foi delegado da Polícia Federal tanto tempo, se estou errado, se os sinais que estão sendo emitidos estão sendo mal interpretados, se o senhor abre o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico para que esta CPI possa contradizer o que eu estou dizendo hoje.

Seria inicialmente isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra o Dr. Antonio Carlos Conquista, apenas aproveitando para perguntar se das pessoas nominadas também houve qualquer tipo de contato com o atual Ministro Ricardo Berzoini, se o senhor tem contato com ele e com o ex-Presidente da Casa João Paulo Cunha.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sobre a Marsans, Deputado, nós recebemos dois empresários no ano passado. A primeira pergunta do senhor foi sobre se alguém nos recomendou recebê-los. Não, os dois empresários que apareceram lá eram representantes do Banco Máxima, e apareceram com essa debênture — não é? — de R\$ 50 milhões, de que nós fizemos a análise, não é? Recebemos, eu e o diretor financeiro, mandamos para análise técnica, e ele foi negado, o investimento nessa empresa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor recebeu algum contato depois da negativa, pedindo que reavaliasse?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Por telefone, alguém recebeu?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Eu, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas o primeiro contato da Marsans foi feito com o senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eles pediram audiência para falar sobre esse investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com o senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, comigo e com o diretor financeiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Foi através da secretária do senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, eu apenas quero levantar mais uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está dentro do tempo dele.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Está dentro do meu tempo ainda.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Olhe o tempo dele lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está dentro do tempo. Ele acabou em 1 minuto. A Mesa está dando tolerância.

Pode continuar, Dr. Antonio.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Filiados...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - É porque outros ainda precisam falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. terá tolerância também, durante a sua fala.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, eu quero levantar uma questão de ordem, mais uma questão de ordem que eu quero apresentar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, é o seguinte: qualquer depoente que vier aqui, pode ser o Santo Papa, ou pode ser alguém numa CPI, precisa ter tranquilidade para falar. Se for interrompida a todo momento, se fizermos esse pingue-pongue fora do tempo previsto, a pessoa não vai ter tranquilidade para dar resposta por inteiro, aí o corpo fala de quem não permite que a pessoa fale tranquilamente.

Então, a questão que eu gostaria de apresentar a V.Exa. é: depois que o Deputado fizer a questão, que o depoente possa com tranquilidade respondê-la, na sua integralidade, porque todos nós estamos interessados em conhecer a resposta. E eu acho que para algum tipo de depoimento parece-me que este não é o ambiente mais adequado. É um tipo de depoimento que me parece que vem de outros ambientes que não o ambiente parlamentar, que é o ambiente do debate, com muita educação e muita tranquilidade, porque aqui nós não temos depoentes que, pelo que eu saiba, estão respondendo criminalmente, têm o sigilo bancário quebrado ou fizeram acordo delação premiada. E são pessoas de bem. Por isso é que eu queria pedir atenção a esse procedimento com os depoentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. A condução será dada conforme a Presidência entender que deve ser dada, desde que não falte respeito. O requerente é quem escolhe se quer fazer todas as perguntas para que sejam respondidas de uma vez, ou se quer fazer no estilo perguntas e respostas.

(Não identificado) - Uma questão de ordem, Presidente, tenho uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, o Dr. Antonio Carlos Conquista está dando as respostas. Por favor, vamos continuar ouvindo as respostas dele.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sobre a Marsans, só para complementar, Sr. Presidente, pergunto se ele pode encaminhar, então, esse relatório da negativa para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, já deu a negativa. Nós vamos pedir.

Tem a palavra o Sr. Antonio Carlos Conquista.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós já fomos chamados, por requerimento, para entregar todos os nossos documentos de investimentos ao chegar aqui.

O senhor me pergunta sobre a questão de consultoria. Não, nunca fizemos, eu, particularmente, nenhuma, nenhum contato com nenhuma consultoria dessas pessoas, José Dirceu, André Vargas ou Palocci.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor não tem consultoria também, nenhuma empresa em seu nome?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu não tenho. Com Paulo Bernardo também não, com Mantega também não, e Ricardo Berzoini é o nosso Ministro das Comunicações neste instante, então eu tenho tratado principalmente as questões... Como eu disse aqui no começo, Deputado, ele tem sido, junto com o Secretário Executivo, um ordenador das nossas coisas, com relação à solução do déficit, para que nós não apliquemos o nosso equacionamento ainda em 2016. O senhor pergunta sobre Henrique Peters; não conheço. Contas no exterior, o senhor perguntou também, não tenho. Aí o senhor fala a respeito do sigilo; eu não vejo nenhuma motivação para a Comissão precisar fazer isso de quebra de sigilo, porque eu vim aqui com todo o bom... Vamos dizer assim, toda a minha vontade é de esclarecer ao máximo tudo aquilo que me for perguntado. Então, eu não vejo nenhuma motivação para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Agradecido.

Passamos a palavra ao requerente seguinte, que, como o Deputado Pompeo de Mattos não está presente, é a Deputada Carmen Zanotto.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Sr. Presidente. Vou procurar ser bem sucinta.

Eu pergunto se o senhor conhecia a situação do POSTALIS antes de assumir a presidência, se conhecia, se sabia do risco que estava correndo ao assumir uma situação crítica como essa em que está vivendo o POSTALIS hoje. Quando o senhor identificou as aplicações que poderiam ter sido mal feitas, temerárias e — por que não? — talvez fraudulentas, qual foi o tipo de ação que o senhor buscou, de 2012 para cá, tomar como providência?

O senhor assumiu no mês de abril. Logo em seguida, pouquíssimos meses depois, foi feita a aquisição do conhecido, do tão comentado já, aqui na CPI, terreno de Cajamar. Na condição de Presidente, o senhor não teve curiosidade de conhecer mais a fundo, de se debruçar nisso, com relação aos valores? Foi feita alguma pesquisa de mercado, algum levantamento de quanto valeria aquele terreno?

A outra questão é: se o terreno já estava sendo adquirido pelo POSTALIS diretamente do proprietário, por que usar uma empresa intermediária, que o senhor relata para nós e confirma que é a LATAM Brasil? E o senhor sabe quantos meses de existência tinha essa empresa quando adquiriu esse terreno para 3 meses depois fazer uma venda no valor majorado de R\$ 44 milhões? Quer dizer, eu estou comprando uma casa diretamente do proprietário, como quem vai adquirir do seu vendedor direto; aí eu deixo de comprar; vem o “Seu” João, um intermediário, e vende para um segundo, de quem depois eu compro por R\$ 44 milhões a mais! No mínimo foi uma transação mal analisada pela Presidência, mas eu não estou conseguindo ouvir nada do senhor aqui. Está-me doendo o ouvido. Tudo é o diretor financeiro. Meu Deus, na nossa casa nós cuidamos do nosso orçamento. Na nossa casa nós temos de dar conta do orçamento coletivo, isto é, do marido, da mulher e dos filhos. Como é que o Presidente de uma empresa...? Nós não estamos falando aqui de compra de um saco de pipoca! Nós estamos falando de um terreno de R\$ 193 milhões que foi adquirido pelo POSTALIS por R\$ 43 milhões a mais do que o preço pelo qual ele estava comprando. Nós temos de obter uma explicação mais precisa com relação a isso.

E por último, para eu não extrapolar meu tempo, porque parte das minhas perguntas já foi feita, conforme a sua fala, o processo de cobrança dos Correios foi



demorado, burocraticamente. Se ele foi demorado por causa da burocracia, eu pergunto: por que o POSTALIS, que ia cobrar, que deve cobrar dos Correios, está cobrando essa conta dos participantes e dos seus assistidos? Por que é que isso continua sendo imputado a eles, uma vez que isso está na Justiça, para os Correios pagarem esta conta? De novo aquele cidadão, que durante a sua vida está lá, contribuindo rigorosamente para o seu fundo de pensão, para ter uma aposentadoria mais tranquila, ou para os seus dependentes, tendo de sacar novamente, pagar, contribuir! Eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho mais também sobre essa questão.

Obrigada.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputada, a primeira pergunta da senhora é se eu conhecia a situação do POSTALIS antes de chegar, não é? Não, não tinha conhecimento, e passei a viver toda essa situação a partir de abril de 2012, porque eu já entrei em abril de 2012 com um déficit de R\$ 392 milhões, ocasionado a partir do ano de 2011. Eu peço desculpas, porque eu fui anotando rapidamente. Aplicações temerárias, as aplicações, não conseguimos avaliá-las antes que elas possam dar-nos problemas — não é? —, os nossos investimentos. Ou seja, a partir do momento em que nós temos um problema de pagamento, nós passamos a negociar com o nosso investidor, está certo? Na tentativa de recuperação mais rápida, de retomada do pagamento. Quando não conseguimos, e muitas vezes não se consegue, aí vamos para a questão judicial, não é? Entra-se na Justiça para buscar as garantias, continua-se negociando, e muitas vezes também se consegue o acordo já na instância da Justiça. Então, foi dessa forma que nós fizemos. Eu não tenho como voltar para ver, porque há investimentos que estão em *performance*, eles vêm vindo, e aí um dia param, é assim, entendeu? Então, eu tenho de... Nós, na diretoria executiva, só atuamos a partir do problema, porque enquanto não há é sinal de que está em *performance*, está pagando aquilo que estava combinado no nosso contrato de investimento. A senhora diz que em abril de 2012, é verdade, em 2 de abril de 2012, eu assumi, e é verdade que já... Aí, a data depois eu vou enviar para cá, mas eu acho que foi no mês de abril ainda que nós fizemos a reunião de aprovação na diretoria.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - A compra deu-se em maio.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Maio? É. Então, em abril nós aprovamos, e aí aprovamos também no conselho deliberativo. Então, é o prazo de compra, é o *delay* — não é? — efetivamente da compra, perdão.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Pergunto: o senhor, na condição de Presidente, chegando para presidir a instituição POSTALIS, vê a compra de um terreno dessa magnitude; o senhor já estava assumindo, já tinha assumido, e tinha os levantamentos anteriores, mas o senhor não teve nenhuma preocupação de pedir cotação de preço? Pediu ou não pediu?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu... A senhora me perguntou aqui, e até eu ia chegar lá, não é? É que infelizmente não consegui. Como eu disse, e a senhora está aqui desde o começo também, acompanhando a nossa explanação, em todo investimento, mesmo esse de terreno, há a obrigação de seguir passos de governança: análise, opinião legal, para ver se realmente o proprietário é aquele que se apresenta, valor locativo, o valor da avaliação do terreno, ou da obra como um todo. Nós tivemos isso. Foi a Richard Ellis que fez à época para nós, está certo? E mais: depois de tudo isso junto, chegou-se ao comitê de investimento para aprovar, está certo? Então, isso tudo foi visto, Deputada, Excelência, e portanto nos deu tranquilidade na diretoria executiva, não é? Tanto na diretoria executiva como no conselho deliberativo, pela tranquilidade com que todos esses caminhos foram percorridos, vistos, está certo? E aí isso nos deu a tranquilidade de aprovação.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Presidente, só uma última pergunta aqui — eu estou dentro do tempo —, para o senhor responder junto com as outras, certo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Queira concluir as perguntas, Deputada. Falta a última rodada.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sim. Quando o senhor estava na Petros e na GEAP, também fez investimentos com o banco BVA. O senhor chegou à POSTALIS em agosto. No ano em que o senhor chegou, em setembro foram R\$ 50 milhões. Em outubro o banco faliu, foi decretada a sua intervenção. O senhor não ouvia nenhum ruído com relação a esse banco?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Só seguindo a sua ordem de perguntas, por gentileza, a senhora disse da demora da cobrança da RTSA, que eu já expliquei anteriormente. Nós tínhamos uma obrigação legal a ser cumprida, de notificação da patrocinadora. Ela nos dá 90 dias a partir da paralisação do recebimento que nós tínhamos da RTSA mensal. E aí, depois houve a construção, como eu disse anteriormente, da nossa tese jurídica, para nós não corrêssemos nenhum risco de poder haver uma ação invertida, contra nós, está certo? Por isso é que nós demoramos um pouco para tomar essa decisão, que só foi impetrada oficialmente em janeiro de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pelo fato de ser ano eleitoral, não houve nenhuma interferência?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, é que nós temos um complicador de contrato. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para constar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não houve, Excelência. Desculpe, não houve. Agora, desculpe, aqui a pergunta sobre participantes eu anotei tão correndo... Deputada, Excelência, é sobre obrigação legal? Eu já não lembro, agora.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É com relação aos participantes do POSTALIS, os segurados, os trabalhadores que continuam tendo de contribuir.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ah, perfeito.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Se a ação está na Justiça, por quê?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perfeito. Nós não tínhamos condição de não fazê-lo, porque essa é uma obrigação legal, é da lei. Eu tenho de cumprir a regulamentação, senão eu sou punido. Eu tenho de cumprir, eu tenho de colocar no meu déficit. Por último, a senhora me pergunta da Petros. Na Petros eu só era chefe de gabinete, e depois fui gerente executivo. Não tinha poder de decisão nenhum. Na GEAP é aquilo que eu já disse: todo o processo de análise do investimento também lá na GEAP foi percorrido, está certo? E na GEAP era em 2010 o investimento líquido, com o banco funcionando normalmente, dentro do mercado financeiro brasileiro, e no POSTALIS a mesma coisa, agora. Como eu já



disse na pergunta que já me foi feita anteriormente, nós também estávamos com o banco funcionando. Nós não tínhamos ruído. Acho que se nós tivéssemos alguma informação de mercado, segura, de que o banco estava sofrendo algum tipo de problema, nós não teríamos investido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muitos colocam — vamos dar um intervalo, só para concluir essa pergunta —, muitos colocam essa questão do investimento no BVA como um apadrinhamento da Globalprev na época do Ministro Luiz Gushiken. Houve qualquer tipo de interferência da parte dele?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nem da parte dele, nem da própria Globalprev.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Sa. o conhecia? Já teve contato com ele?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Luiz Gushiken? Sim, conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tinha? Está bem. Sobre Cajamar, confere que o procurador, o advogado que respondia em nome da LATAM é Marcelo Bicudo? Como lhe soa esse nome? Traz alguma memória?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Parece-me que ele está na... na assinatura do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Marcelo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Do... do... Da... Desculpe, do contrato, não; o contrato é com os Correios. Da escritura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como representante legal?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Como representante legal da LATAM no Brasil, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo.

O depoente solicita 3 minutos, o tolerável é até 5, para que possa ir ali aos fundos, rapidamente. Então, está suspensa a sessão por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, quem está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na sequência é o Deputado... Vou passar aqui a lista de inscritos, aproveitando a solicitação da Deputada Erika Kokay: o Deputado Paulo Azi; o Deputado Vitor Valim...



O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Presidente! Espere aí, Presidente, eu fui o primeiro a me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Paulo Azi é autor de requerimento.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Ah, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O primeiro inscrito é o Deputado Vitor Valim; depois vêm os Deputados Marcus Pestana, Rocha, Pedro Cunha Lima, Paulo Teixeira, Erika Kokay, Zé Silva, Perondi, Marcelo Aro, e mais Daniel Almeida e Sóstenes Cavalcante. E a última assinatura aqui, por favor, contribuam com a Presidência, porque o nome e a assinatura estão ambos ilegíveis. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra o último autor de requerimento, o Deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço a V.Exa., Deputado Efraim, e quero cumprimentar o Sr. Antonio Carlos Conquista e o Relator desta Comissão, o Deputado Sergio Souza.

Sr. Conquista, o senhor entrou no POSTALIS para assumir a diretoria executiva da empresa em 2012, no auge de uma crise. Já pipocavam na imprensa diversas denúncias que atingiam em cheio a gestão que V.Sa. sucedeu. Eu gostaria de saber de V.Sa. primeiramente o seguinte: V.Sa. considera que adotou todos os procedimentos que caberiam a V.Sa., com relação a todos os achados das operações realizadas pela administração anterior?

Sobre a relação do POSTALIS com esse banco, o BNY Mellon, o administrador, eu gostaria de conhecer um pouco mais a natureza desse contrato, e se V.Sa. se sente satisfeito com a permanência dessa parceria com esse administrador. Gostaria também de conhecer um pouco mais sobre as relações de governança dessa fundação. As decisões são tomadas por maioria da diretoria executiva da empresa, ou cada diretor tem autonomia para no âmbito das suas atribuições tomar decisões, principalmente aquelas que são consideradas estratégicas para a empresa? Quais são as ações que V.Sa. tem desenvolvido, do ponto de vista de gestão, para tentar amenizar essa penalização que já se anuncia não só para a patrocinadora, os Correios, mas também para os funcionários, que



estão alarmados com a perspectiva de um aumento da sua contribuição no próximo ano? Do ponto de vista da gestão, das providências, o que é que V.Sa. poderia anunciar a esta Comissão?

V.Sa. também já disse aqui que tem relações de amizade com o Sr. João Vaccari Neto, que conhece o ex-Ministro Gushiken, parece-me também que afirmou conhecer e ser amigo do ex-Ministro José Dirceu. V.Sa. em algum momento já recebeu algum tipo de sugestão de investimento de alguma dessas personalidades? V.Sa. já foi instado a receber prepostos de algumas empresas indicados por uma dessas personalidades?

Sr. Conquista, o Conselheiro Sérgio Bleasby, em declarações publicadas na imprensa, afirmou que votou pela condução de V.Sa. à diretoria do POSTALIS em função de notícias de que estava havendo uma briga política e o grupo anterior se articulava para voltar a assumir a direção do POSTALIS. V.Sa. tem conhecimento dessas informações? Como é que se davam essas articulações políticas de brigas internas para se disputar o poder dessa instituição? Todos nós, infelizmente, estamos a verificar que essas disputas políticas envolvendo partidos da base do Governo levaram essa instituição, criada em 1981, que responde pelo futuro de milhares e milhares de funcionários, a estar aí à beira da falência.

Portanto, são essas as indagações que inicialmente faço a V.Sa.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, o senhor, na primeira pergunta, quer saber se a partir da minha chegada, em 2 de abril de 2012, eu considero que adotei, se eu considero que adotei todas as medidas para a solução dos problemas. Como eu tinha já dito à Deputada... Perdão.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Na verdade, só para esclarecer, pergunto se V.Sa. já adotou todas as medidas, inclusive do ponto de vista administrativo e judicial, para apurar fatos, operações, investimentos que porventura V.Sa. tenha achado quando assumiu e que não considerasse como de natureza legal, não considerasse que tenham sido feitos dentro dos princípios da ética e da responsabilidade para com o POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Então, voltando, é assim, desde que nós chegamos, como eu disse à Deputada Carmen, que nós enfrentamos os problemas: quando eles surgem, não é? Não tem outro jeito. E se eles não



surgirem é porque nós estamos com as nossas condições de contratação de investimento em dia, em *performance*, pagando; então, nós não temos um problema. A partir do momento que temos, é aquilo que eu já disse aqui mais de uma vez: vamos negociar, tentar fazer com que o investidor volte a pagar. Às vezes é preciso fazer uma repactuação do papel. Quando não, a via judicial é a única alternativa que nós temos. Isso nós temos feito quase diariamente, quando os nossos problemas surgem, está certo? É uma constante isso, de grande parte do uso dos valores que estão provisionados, grande parte dele, não sei dizer para o senhor quanto, mas uns 90% desse valor é o que já está judicializado, ou seja, na Justiça. Com relação às questões criminais, como nós ainda estamos numa fase de negociação, e isso, no nosso mundo do fundo de pensão, chama-se ação regressiva, como nós ainda não temos um prejuízo efetivamente configurado, eu não tenho ainda como entrar com uma ação contra alguém dizendo que foi o provocador do prejuízo porque nós ainda estamos numa fase em que podemos receber alguma coisa, e nós estamos dando todas as possibilidades, porque também, certamente, Deputado, Excelência, quando isso ocorrer, nós tomaremos todas as medidas de proteção dos interesses do POSTALIS, disso nós não temos dúvida, não é? Só que isso ainda não aconteceu. Nós não estamos ainda nessa fase. Do BNY Mellon, eu anotei tão correndo aqui, o senhor me pede é isto: a avaliação do contrato. Ele é o terceiro maior banco, hoje é o terceiro maior banco de administração de recursos, não é? Dos mais variados do mundo. Está certo? Então, a escolha...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor sente-se satisfeito com os serviços que ele tem prestado?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Não, não. Satisfeito? Não, tanto que nós já entramos com uma ação contra ele pela questão do FIDEX. Fizemos uma outra ação de outro fundo, chamado FM1, está certo? E temos outras ações preparadas, porque o contrato, como eu já disse aqui também, anteriormente, o contrato que nós temos firmado com o Mellon nos dá toda a segurança de que é responsabilidade de grande parte dos nossos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Puxa, acho que é indeterminado, Deputado. Eu não tenho certeza. Mas posso mandar para o senhor. O senhor diz



que quer ter conhecimento, e é mais um dos documentos que eu posso remeter a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não foi assinado na sua gestão, não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não foi assinado na minha gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi assinado na gestão de Alexei Predtechensky?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu penso que em 2010, Presidente. Eu só não tenho certeza se foi em 2010 ou 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Presidente quem era?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Era Alexei. Em 2010 e 2011 era Alexei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Alexei era o Presidente, e o diretor do conselho deliberativo era Adilson Florêncio?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, o diretor financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O diretor financeiro era Adilson. Se fosse hoje, o senhor assinaria isso? Sua recomendação... Se fosse na sua gestão, o senhor teria dado tantos poderes ao BNY Mellon quanto foi dado no passado? Qual é a sua avaliação pessoal?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, ele é um banco mundialmente reconhecido pelo seu trabalho, não é? Eu, sinceramente, não tenho como dizer se eu assinaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então o senhor assinaria?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Eu acho que poderia ter uma outra opção, não é? De carteira própria. Se eu tiver um material humano suficiente para cuidar da minha carteira própria, não precisaria de um terceiro para fazer gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi muito poder para o BNY Mellon no contrato, na sua visão, poderes para que ele pudesse fazer qualquer tipo de negociação, sem o aval da direção do POSTALIS?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Ele tem obrigações. Nós temos um contrato, razoavelmente, tanto é que nossas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele não precisou consultá-lo para fazer as operações no exterior.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Em nível discricionário, não. Não foi ele que fez; foi o terceirizado dele que fez, não é? O gestor. Ele era só o administrador do... do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele era responsável?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Responsável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E não consultou o POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que esse ponto tem de ficar muito claro.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra o Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Do terceirizado, a direção do POSTALIS dá anuência à contratação desse terceirizado, ou é uma decisão apenas do administrador, do banco?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, aí sim, só dele, mas ele dá ciência para nós, é óbvio. É a lei, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Estou perguntando se a direção do POSTALIS dá anuência para que o banco administrador, no caso o BNY, possa terceirizar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, está no contrato. Ele tem essa... Ele tem... É um mandato discricionário, está certo? Ele tem condição de fazer a...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sim, mas ele tem de forma, no contrato, genérica; eu falo na...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Isso fica registrado na CVM, inclusive.



O SR. DEPUTADO PAULO AZI - É genérico. Ele pode terceirizar. Mas o poder terceirizar, do ponto de vista objetivo, ele submente à apreciação?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, e por causa disso mesmo, porque nós já passamos para ele um mandato, e aí ele toma a decisão.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - O próximo sou eu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deixe-o concluir aqui as respostas.

Para a conclusão, está com a palavra o Dr. Antonio Carlos Conquista.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sobre a relação de governança, o senhor perguntou como se faz a... Será que dá para projetar a minha apresentação, rapidamente? Eu vou tentar fazer uma outra... O senhor pergunta aqui... Pode ir mais para frente, por favor? Pode ir, pode ir. Aqui, essa, a anterior. Nós tínhamos, na política de investimentos anterior, uma alçada para o diretor financeiro de até 2%, e agora nós reduzimos para 1%. Passando de 1% vai para a diretoria colegiada, e acima de 5% tem de ir para o conselho deliberativo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A partir dessa política de investimentos agora, que é de 2015.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - E antes, como era antes?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eram 2%. Desculpem-me. É que eu estou bem na frente. O senhor me pergunta da gestão que nós estamos fazendo. Nós temos uma obrigação de tentar reduzir o impacto, previsto na questão do equacionamento, que já era de 25,98%, aos participantes e assistidos, e também à patrocinadora. Então, há uma série de movimentos sendo feitos aí, dentro do POSTALIS; inclusive o melhor deles, digamos assim, o maior deles, assim, é uma questão de pegar todos os nossos provisionamentos, que estão por volta de R\$ 1,7 bilhões, e tentar vendê-los, numa consulta pública, não é? Isso nós estamos maturando, para tentarmos fazer o recurso voltar para dentro do POSTALIS, para que possamos investir. Como nós estamos priorizando, e temos uma obrigação do TAC firmado entre a PREVIC e os Correios no sentido de que nós vamos comprar títulos públicos, essa é uma expectativa nós esperamos alcançar. Há outras coisas em que temos ainda uma expectativa para o final do ano — quem sabe? —, como a



própria RTCA, de conseguir ganhar uma liminar e de que esse recurso retorne para o caixa do POSTALIS. Temos ainda alguns fundos que estão sendo vistos como retorno de coisas que estavam provisionadas, que estão em fase de negociação, está certo? Há alguns valores significativos ainda. São negociações demoradas, não é? Não são rápidas. Mas há uma expectativa, sim, de conseguirmos chegar a algum número, que possa diminuir o nosso impacto de 25,98% para o final de 2012... 2015, desculpe. Aí, o senhor perguntou também se João Vaccari e José Dirceu me fizeram alguma sugestão de investimentos. Não, nunca me fizeram nenhuma sugestão de investimentos. E perguntou se eu recebi intermediários enviados por eles. Também nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas por que é que o senhor procurava João Vaccari? Ele é tesoureiro do PT, o senhor é diretor do POSTALIS, e disse que não houve interferência política na indicação; por que é que ele era o seu consultor para tirar essas dúvidas dos problemas enfrentados?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É. Esclareça só um pouco, porque não ficou claro, até para ajudá-lo...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...porque ficou muita gente com dúvida. Por que é que Vaccari era o seu homem dos... para tirar as dúvidas do problema financeiro do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Está o.k. Excelência, eu disse que eu não o procurava, não é? Quando nós tivemos os nossos encontros, nós tivemos conversas sobre os nossos problemas, o meu problema particularmente, não é? Que é esse que eu enfrentava já desde que eu cheguei ao POSTALIS, com um déficit de R\$ 400 milhões em 2012, já, e ele só foi agravando. Isso para nós, particularmente, que viemos desse mundo, lá do BANESPREV, que é o Fundo de Pensões do BANESPA, nós criamos esse fundo, nós queríamos toda uma proteção de arcabouço legal, inclusive depois, que é a própria Previ que regulamenta, de proteção ao participante. Então, as nossas conversas eram nesse sentido: o que é que eu poderia fazer, porque muitas vezes a matéria do jornal dava a impressão de



que era eu que estava cuidando disso, era eu tinha proporcionado aquele problema, e nesse sentido foram as minhas conversas. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele... O senhor pediu orientação a ele, claramente, para ajudá-lo a sair dessa situação aí de déficit do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perdão. Eu, assim... Acho que eu... Eu não pedi orientação. Nós discutíamos qual era a... a situação que eu vivia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E esses encontros eram na sede do PT?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, na sede do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Apenas... apenas a última...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Ele não respondeu ainda sobre as questões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só se ele não tiver respondido...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perdão, é que eu deixei para depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos ouvir a última resposta para encerrar e passar adiante.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sérgio Bleasby, Excelência, eu não tenho como dizer exatamente qual foi o motivo de ele retornar o voto dele, não, porque ele é um conselheiro eleito, não é? Ele fez o voto dele, e pediu depois...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Não, eu não estou questionando a mudança do voto dele, que primeiro apoiou V.Sa. e depois votou contra.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, isso.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Questiono a informação de que ele disse que inicialmente apoiou V.Sa...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.



O SR. DEPUTADO PAULO AZI - ...porque estava combatendo uma articulação que estava existindo para que o grupo anterior que estava no POSTALIS voltasse a assumir o controle da fundação. Era essa a informação. Eu gostaria de saber se o senhor tinha conhecimento e como é que se dava essa articulação política no âmbito do POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu tinha anotado aqui: “pela sua recondução”. No entanto, conhecimento de brigas internas, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu só sei que ele fez uma solicitação ao presidente do conselho para rever o voto dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Vitor Valim tem a palavra.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Obrigado, Sr. Presidente Efraim Filho.

Antonio Carlos Conquista, primeiro eu quero fazer só um adendo aqui do que nós estamos falando. Primeiro, do modo como V.Exa. fala, parece que está tudo muito bem, tudo muito ótimo; existe — peguei palavras-chaves aqui — governança, um conselho fiscal, um conselho deliberativo, uma diretoria de seguridade, tudo funcionando em pleno vapor. Nós estamos lidando aqui com a vida de milhares de servidores dos Correios que hoje são obrigados a pagar da sua aposentadoria, V.Exa. corrija se eu estiver errado, para cobrir o déficit ocasionado por uma má gestão do fundo POSTALIS. Essa é a pergunta que eu gostaria que V.Sa. pudesse responder.

Outra coisa é: como se dá esse contrato, volto a perguntar, para V.Sa. explicar mais claramente, com o banco BNY? Porque V.Sa. disse que tem todas as seguranças, todo o amarramento jurídico, vamos dizer dessa maneira, mas os investimentos que foram feitos, a mudança de títulos, o investimento na Venezuela, na Argentina, ocorreram, como V.Sa. bem disse, à revelia. V.Sa. pediu uma sindicância, uma auditoria? Quais as posturas que tomou a respeito do banco BNY?

Outra coisa que eu gostaria de perguntar a V.Sa. é: qual é a ligação...? E eu acho que o discurso é... Eu vejo que repete o de outras autoridades do PT: que não viram nada, que não sabem nada, que não conhecem nada. Sempre a culpa é de



terceiros. Eu queria que V.Sa. me respondesse: que corrente faz parte do PT? Quais são as ligações políticas atuais com integrantes do PT, mandatários ou não? Gostaria que V.Sa. pudesse explicar qual é a ligação, hoje, que tem com esses filiados do PT.

Outra coisa que eu gostaria perguntar é sobre os investimentos em bancos como o Banco Santos, o Oboé, que era um banco do meu Estado do Ceará, que praticamente não precisavam nem de um grande estudo técnico, que não davam segurança para aplicação, mas, como V.Sa. sempre comenta, foram feitos por uma equipe técnica, foram feitos pelo diretor financeiro, que tinha uma alçada antes, no tempo de sua gestão, de mais de R\$ 160 milhões na sua caneta, ele poderia dizer onde queria investir, e agora diminuiu a alçada, como V.Sa. bem comentou, para 1%, mas é muito dinheiro ainda, é de R\$ 80 milhões que estamos falando. Então, queria que pudesse dissertar mais, porque, da maneira como se fala... Nós tivemos uma majoração no Cajamar de R\$ 40 milhões. Nós estamos falando de investimentos em fundos, não é? Em títulos da Venezuela e da Argentina, que foram feitos à revelia. Como V.Sa. bem mostrou, foram R\$ 350 milhões. Já resgataram R\$ 190 milhões, mais R\$ 50 milhões, ao todo foram R\$ 240 milhões, mas há um déficit ainda de R\$ 130 milhões, tudo isso feito por uma terceirizada da BNY. Como é que vai ser feito o procedimento a partir de agora? V.Sa. pediu auditoria de todos os contratos que existiam antes de assumir?

E por último, V.Sa. poderia dissertar — e o tempo já se esgotou — sobre como foi feita, que argumentação foi dada e por que é que houve a indisponibilidade de bens de V.Sa. e de outros membros da direção?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, há suspensão. O senhor pergunta, a primeira pergunta é sobre o déficit, não é? O déficit está suspenso, não é? Por causa do TAC. Nós íamos equacionar agora, a partir do dia 1º de abril, os 25,98% do participante e da patrocinadora, está certo?

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Então, os participantes não estão pagando nada hoje?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não estão.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Nem pagaram?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não pagaram. Está suspenso, certo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, é que o TAC, o termo de ajustamento de conduta que eu mostrei aqui na tela não permitiu, e nós ficamos com esse tempo de ir buscar a recuperação de valores para diminuir esse impacto. Sobre o BNY Mellon, quero dizer ao senhor que nesse caso em particular das questões da Argentina e da Venezuela, da PDVSA, nós entramos com uma ação na Justiça, e essa é a ação vitoriosa que nós temos, está certo? Tanto é que nós estamos com os valores já dados em garantia, numa carta de fiança paga pelo Mellon junto ao Bradesco.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, sem querer interromper, mas já interrompendo, sobre o assunto, antes que o nosso Vice-Presidente Paulo Teixeira haja com bastante vigor, pergunto o seguinte: o BNY continua operando? A pergunta é essa. Só a esse respeito é que eu queria que ele se aprofundasse muito bem, sobre o BNY. Ele continua gerenciando? Mesmo tendo visto que ele terceirizou à revelia e causou um déficit, V.Sa. continua operando com o BNY?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós já conseguimos resgatar vários... Dois fundos que nós já tínhamos no Mellon no passado, do ano passado para cá, nós já trouxemos para nossa carteira própria. Nós estamos diminuindo a nossa participação lá e procurando sair no momento correto, não é? Nós temos outras transações que nós queremos impetrar ainda, nesse meio de caminho, portanto nós ainda estamos com essa parcimônia, para não cometermos nenhum deslize na hora de fazermos uma ação que possa depois trazer prejuízo para o POSTALIS, mas nós já diminuimos a nossa participação, e de forma significativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pelo que eu entendi, ainda existe um déficit em aberto do BNY Mellon com o POSTALIS que o banco ainda não reconheceu. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na verdade, não é um déficit. Ele ainda é administrador de alguns recursos, é agente fiduciário nosso.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Quanto, mais ou menos?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu precisaria levantar. Posso trazer essa informação para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas dessas operações do passado existe ainda contestação do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Há uma série de notificações que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, essa primeira vitória parcial que os senhores tiveram ainda não é o todo que o POSTALIS entende que o BNY deve, é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não é o todo. Nós temos várias ações a serem tomadas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, é que tem de ser específica, aplicação por aplicação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O BNY é o que tem a maior carteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato, mas o que eu quero saber é se existe contestação ainda do BNY Mellon. Não estou querendo falar do que ele ainda gera regularmente, mas do passivo que o POSTALIS ainda tem em contestação junto ao BNY Mellon, de valores que ele entende que deva receber. Essa primeira vitória é parcial e ainda não recompõe os prejuízos que os pensionistas que os aposentados do POSTALIS tiveram com essa operação.

Pois não, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, pelo que entendi, pelo que entendi o BNY detém a administração da maior parte dos investimentos do POSTALIS até hoje. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele administra os recursos do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, a maior parte?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, já é bem menos agora.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto é esse menos hoje?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, eu posso pedir a...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor é presidente desde 2012! O senhor não sabe quanto é que é?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que os valores... Eram valores de R\$ 3 bilhões, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, o senhor tem de saber, e o senhor está aqui sob juramento.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Em porcentagem, por exemplo. Em porcentagem.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu só não posso fazer aqui uma afirmação leviana. Eu posso passar para os senhores os valores. Como nós já diminuimos a nossa participação... Eles eram administradores de fundos da gente. Nós estamos trazendo para a carteira própria...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Para deixar claro. Parte disso vocês estão... Os investimentos que podem ter sido aplicados de forma indevida... Vocês já têm duas demandas judiciais que já somam 250 milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Uma só, 250.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Uma de 170 e uma de 50?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - De 50. É isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Duzentos e vinte?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E há uma diferença que está sendo discutida.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, que ainda não precificou, está dentro do nosso provisionamento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Que chega perto de 150 milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Que é o restante do investimento. É que o investimento...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas quer dizer que há muito mais do que isso que eles estão gerindo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - E nós estamos fazendo uma série de notificações. Eu até queria aproveitar e dizer aos senhores que eu mando as notificações que fizemos para a Mellon, no nosso entendimento, naquilo que eles são responsáveis pelo nosso prejuízo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Gostaríamos de receber isso assim como as auditorias internas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu só preciso anotar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para concluir aqui a...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Eu queria só terminar minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É exatamente o que eu estou pedindo, Deputado, para ele concluir as respostas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, o senhor me pergunta sobre tendência, alguma coisa assim. Eu sou um militante de partido só. Eu não tenho nenhuma aproximação com grupo A, B ou C. Eu sou só um militante. Filiado. O senhor me perguntou do Banco Santos. Eu disse já que nós temos recebimentos ainda que acontecem de forma pequena. Mas, ainda acontece, dentro do POSTALIS, a questão do Banco Santos, porque essa aqui é uma discussão longa, e é um ativo que eu penso que seja de 2005. Nem sei exatamente de quando é. Mas eu tenho informação de que nós continuamos recebendo algum valor ainda hoje. Oboé também me parece que foi um banco que foi investido. Mas eu também não tenho conhecimento dele, porque é do passado. Mas acho que já está resolvido. Nós não temos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu penso que sim. Mas eu posso pegar essa informação e mandá-la para o senhor. A alçada — nós já dissemos ali, o senhor fez a crítica — era de 2%. Nós trouxemos para 1, o que a gente considera que é um valor significativo para ter como alçada, mas particularmente nós não estamos fazendo nada. Nós temos uma decisão da Diretoria-Executiva conservadora: só comprar títulos. Então, nós estamos aproveitando uma janela. Está certo? O senhor me perguntou sobre a auditoria de todos os contratos. Eu repito: é a mesma coisa. Só posso mexer nisso... Começo a cuidar de forma mais intensa, seja buscando...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, sem querer interromper, mas V.Sa. não fez nenhum estudo sobre os contratos quando assumiu a Presidência?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já está respondido, Deputado. São coisas do passado. Nós traremos os Diretores da época. O que eu sugiro, por exemplo, no caso do Banco Oboé, que tanto lhe traz fervor... Quando foi assinada essa questão, ele vai trazer, e vamos chamar o Diretor da época, que poderá responder, porque, realmente, cobrar dele qual a motivação da tomada de decisão à época...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Presidente, desculpa. Eu não estou cobrando isso, estou cobrando só se ele fez uma auditoria nos contratos, se ele pediu uma auditoria. Só isso o que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - As auditorias são internas e externas?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Elas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato. Ele vai responder agora o questionamento.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós tivemos também não só a externa, que é a empresa contratada, com a dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual é a empresa?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Hoje é a Baker Tilly.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E quem era antigamente?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A KPMG, quando eu cheguei. Tem a auditoria dos Correios, e ainda nós criamos a auditoria interna pensada ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A PREVIC fez a auditoria também?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Faz fiscalização constante com o fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É do seu conhecimento que a PREVIC encaminhou a notícia de crime ao Procurador Rodrigo Janot?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De quando foi isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós fizemos uma pergunta genérica à PREVIC sobre todas as tomadas de decisão que eles tinham feito a



respeito dos nossos autos, e a PREVIC respondeu que já tinha tomado todas as iniciativas. Não nos disse exatamente o quê. Eu tenho a resposta e posso mandar também ao senhor o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. A informação que eu tenho é a de que já no ano de 2015 a PREVI noticiou o cometimento de crime na Direção do POSTALIS ao Procurador Rodrigo Janot. Nós vamos buscar informações a respeito desses fatos.

Há mais uma resposta, para concluir.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A respeito dos bens bloqueados eu já disse aqui: é uma ação que o Ministério Público Federal impetrou em São Paulo, com essa questão da... Entender que o imóvel, numa denúncia anônima, custava 90 milhões... Acho que o nosso recurso foi muito bem fundamentado. A nossa expectativa é a de que nós vamos ganhar uma liminar nos próximos dias.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Faltou responder com quais políticos o senhor tem contrato.

Presidente, só para terminar a série de perguntas que eu fiz, quais os políticos com que V.Sa. hoje tem contato, do PT...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele já encerrou, já respondeu aqui que não tinha... Os principais aqui, Deputado...

O senhor quer reportar algum especificamente?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nenhum. Eu sou militante só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tirando o Vaccari... Só o Vaccari já responde por um bocado.

Deputado Marcus Pestana com a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dr. Carlos Conquista, o senhor é um homem muito experiente na área de fundos, já passou por quatro fundos relevantes e há de convir que essa situação de quebra total do POSTALIS, que coloca em risco o futuro dos trabalhadores dos Correios, revela uma péssima governança, um fluxo decisório bastante frágil. Nós queremos que o senhor contribua para desvendar isso, mas eu gostaria que o senhor anotasse objetivamente as seis questões.



Primeiro, o senhor teve relação ou cargo na BANCOOP, e a BANCOOP tem alguma ligação com a Planner, que administrava o Fundo Multiner?

Em segundo lugar, é impressionante — eu sou economista de formação — essa preferência dos fundos por bancos de segunda linha. Já vários foram citados, mas o BVA, em 6 anos, alavancado pelos fundos, saiu do 108º lugar para o 45º. Eu queria saber, com a experiência toda que o senhor tem, passando pela GEAP, pela PETROS e pelo POSTALIS, como é que se dá essa convergência? Por que o POSTALIS, a PETROS, a REFER, a GEAP e tantos outros fundos foram procurar o BVA em títulos financeiros que não tinham nenhuma segurança, nem nos mecanismos de mercados de garantias — o senhor sabe bem do que eu estou falando, o travamento — havia essa segurança? Só 15% dos títulos do BVA tinham os mecanismos de garantia.

O POSTALIS, não é possível, porque o mercado se comunica, investir uns 2 meses antes, e logo depois vir a intervenção. Eu acho que os meus alunos de economia talvez assessorassem melhor o POSTALIS melhor do que o Mellon e a assessoria técnica, porque é impressionante isso, é de cair o queixo. Objetivamente, o senhor conhece o Dr. José Augusto Ferreira e o Dr. Ivo Lodo, do BVA? E qual é esse mecanismo de coordenação dos fundos que se repete?

Aí entro na terceira. Já foi falado do Grupo Galileo, do FIDEX, Usina Canabrava. Como, de repente, três fundos — SERPROS, PETROS, POSTALIS — encontram um empreendimento que estava em uma conjuntura péssima — açúcar e álcool, a usina foi inaugurada em 2012 — e como só PETROS e POSTALIS põem 350 milhões? Esse fluxo decisório e a avaliação de risco eu estou tomando contato, eu fico pasmado. É inacreditável! O senhor sabe bem que o investidor institucional o fundo tem que ser por definição conservador, prudente, porque está lidando com a vida de milhares de pessoas e com o futuro delas.

Então, eu queria saber, Usina Canabrava, qual a sua avaliação e por que essa convergência ocorre? Não é nenhuma Vale do Rio Doce, não é nenhuma EMBRAER, nenhuma PETROBRAS. É uma coisa que foi descoberta aí. Eu não sei essa aventura.

Sobre o BNY Mellon é impressionante também, porque um dos dez maiores bancos americanos, com grande tradição em administração de recursos de fundos



de previdência, focado inclusive nisso, como é que consegue fazer uma gestão temerária e exótica. No mínimo, nós vamos apurar se alguma coisa mais existe. É importante o senhor nos esclarecer esse fluxo decisório. Quando se acha uma Canabrava, um Galileo, ali no gráfico ficou meio vago, quem chega com a proposta? Quer dizer, quanto ao FIDEX, o POSTALIS opinou. Ela devia saber qual era a carteira do FIDEX e que tipo de composição de títulos tinha. Assim também na Canabrava, no Galileo, como é que é o processo na vida real?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O investidor leva. O senhor conheceu o Presidente, que parece que tem um papel importante, o Presidente do BNY Mellon no Brasil, Zeca de Oliveira.

Para finalizar, o senhor está sob juramento, eu queria que fosse muito preciso. O senhor entrou no Governo Federal em 2009, se não me engano. Nesses últimos 6 anos, o senhor teve contato pessoal, telefônico, por celular ou fixo, *e-mail*, mensagem com os seguintes personagens: Youssef, Vaccari, José Dirceu, Lula, João Paulo Cunha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Repita para ele anotar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Objetivamente, nos últimos 6 anos o senhor teve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só o nome.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Youssef, Vaccari, José Dirceu, Lula, João Paulo Cunha; contato telefônico, *e-mail*, mensagem e encontro pessoal.

O senhor tem notícia da instalação pelo Ministério Público de algum procedimento investigatório criminal? Seriam essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Repete a última pergunta, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sobre o conjunto da obra, enquanto POSTALIS, pelo conjunto da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Investigatório criminal contra o POSTALIS.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Contra dirigentes do POSTALIS.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputado, o senhor diz da experiência, da situação do POSTALIS. Realmente é um desafio diário de tentativa de solução. Isso aqui para mim está sendo uma experiência brilhante, vai me deixar, depois da passagem por aqui e pelo POSTALIS, com um acúmulo de conhecimento na minha vida profissional razoável. Eu não conheço... O senhor me perguntou de BANCOOP, se eu...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Teve relação?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Nunca tivemos. Se eu tinha participação na BANCOOP, acho que é isso que o senhor me perguntou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nunca. A Planner, eu conheço como uma administradora de recursos, de gestão. Então, me parece que ela está realmente na Multiner, não é? Que é um investimento da Multiner, mas na BANCOOP eu não sei, então...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Em uma relação...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - BANCOOP com Planner, não, não tenho essa informação. BVA... Desculpe, eu escrevi aqui. Quando o senhor disse da escolha, em particular, eu quero dizer que não são só os fundos. Na verdade, dentro do BVA nós temos uma série de correntistas, uma série enorme, um quadro razoável de correntistas. Nós temos empresas importantes. Eu posso dizer uma aqui para o senhor, que é a Semp Toshiba, por exemplo. Nós temos bancos, HSBC, tem Banco do Brasil, tá certo?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não! Como investidores, como investidores. Fundos são administrados inclusive pelo BRADESCO com quase 400 milhões de reais. Então, assim, eu acho que não é só uma escolha de fundos para isso, não é? Nós temos uma série de outros agentes financeiros também que estão lá dentro — está certo? — e que agora estão buscando os seus direitos de ter os seus recursos de volta. O senhor pergunta sobre o José Augusto, sim, o conheci, inclusive o Ivo. Eram os dois, na época, os dois Presidentes do BVA, na época dos



investimentos. Eu os conheci. Usina Canabrava não é um investimento feito na minha época, e eu preciso falar aqui com o senhor. Ele foi feito em 2010, 2011, 2011 mais um investimento — são quatro investimentos — e em 2012 foi feito por um fundo que não somos nós que fazemos a aplicação. Eu não tenho uma opinião sobre isso aqui, porque já disse aos senhores anteriormente, eu não posso dizer por causa da escolha.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Tomou alguma providência em relação a isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, é que eu não tenho ainda nada para eu tomar com relação a isso. Nós temos um fato relevante, que ontem saiu à noite, às 10 horas da noite, a respeito de um desses investimentos aqui, o FIP Bioenergia. Hoje nós estamos passando lá o dia inteiro, olhando o que nós vamos fazer. Está certo? Saiu ontem às 10 horas da noite, tenho-o aqui. Sobre o BNY Mellon, essa questão temerária, o senhor disse que ela é exótica, eu acho que eu já também... Só para não ficar repetitivo, porque pode ficar cansativo. Nós, a partir do momento em que nós tivemos um problema com o FIDEX, nós entramos com ação e somos vitoriosos. Está certo? Os outros estamos trazendo. Já dissemos que estamos diminuindo a nossa participação dentro do próprio BNY, com os fundos já trazidos para a carteira própria. É que eu não tenho material humano para trazer tudo de uma vez.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Conhece o Zeca de Oliveira?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, conheci o Zeca de Oliveira também, porque quando eu cheguei ao POSTALIS, ele era o Presidente do BNY Mellon no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o atual Presidente, o Adriano, também?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu estive em uma reunião com ele agora este ano já para tratarmos da possibilidade de nossos acordos, de trazer os recursos para dentro do POSTALIS de novo, principalmente na questão do FIDEX. Galileo, eu... Quando o senhor disse: *“Como é que faz? Como é que chega esse investimento?”* Eu penso que um representante à época também tivesse procurado possivelmente a área financeira. Eu só posso deduzir isso. Não posso dizer ao



senhor com precisão, porque eu não sei. Deve ter apresentado e depois percorrido todo aquele caminho de análise, que é obrigatoriamente necessário de ser feito. Está certo? E aí o senhor me pergunta: “Youssef?” Desculpe-me, o senhor ia me fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Se é mais passiva ou ativa a escolha dos investimentos? Então, quer dizer, isso é mais cultura de balcão, receber propostas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Todo fundo de pensão que tem recurso todo dia é procurado por alguém tentando vender alguma coisa. O senhor já disse que é do setor financeiro, sabe que é assim que funciona. O senhor me pergunta sobre o Youssef, já disse ao senhor que não, não o conheço. Sobre o João Vaccari, eu também já disse que eu o conheço. Está certo? Com o José Dirceu nunca troquei nenhuma mensagem com ele, nada, não tenho nenhuma ligação com ele; e o João Paulo Cunha é o Deputado que esteve conosco no ano de 2012, foi uma única reunião que eu tive com ele lá no POSTALIS.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele foi lá... Foi logo no começo em que eu cheguei, aquela questão de quase que como boas-vindas para um desafio que eu já estava enfrentando — está certo? — e mais nada do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E a ex-Ministra Erenice?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Desculpe-me?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Erenice?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nunca conversei com ela.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Permita-me uma pergunta, Sr. Presidente, só para saber quantas vezes o senhor se reuniu com o Vaccari.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele já disse que várias vezes, frequentes e incontáveis.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu queria saber na sede do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Puxa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele falou que já foi na sede, para contar quantas vezes... Ele disse que foram muitas, se foram oito, dez, doze, quinze vezes...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Samuel, não dá para nós avançarmos? Ele não vai lembrar isso, até porque ele está sob juramento, se ele disser que foram quatro e depois foram cinco... Ele já disse o que era importante, que o consultava com frequência para conversar assuntos de natureza do seu interesse e do interesse do POSTALIS.

Vamos, na sequência, ouvir o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Sr. Antonio Carlos Conquista, o relato que é feito até aqui mostra, de maneira muito clara, que existe uma dificuldade ou uma falha na governança com os prejuízos que foram enumerados inclusive, agora, pelo Deputado Marcus Pestana, que me antecedeu.

O que eu gostaria de saber do senhor é, na avaliação de V.Sa., qual é o grau do aparelhamento político que existe nas diretorias dos fundos de pensão? Porque a gente há de convir que a essa altura não há como negar que existe uma influência partidária nesse espaço.

Em 2009, um consultor jurídico publicou uma matéria colocando que 56% das diretorias tinham alguma vinculação partidária. Numa matéria mais recente da revista *Época* também se coloca, pensando no Brasil daqui a 100 anos, para nós tentarmos mudar alguma coisa, que o fim dessa influência política é urgente, urgentíssima, é necessária.

Eu gostaria da avaliação do senhor, que está lá dentro, de zero a dez, sendo zero nenhuma influência e dez uma influência extrema — eu não espero que o senhor diga dez, mas também, por favor, não me diga que é zero. Qual é a influência partidária que o atual Governo interfere ou impõe no fundo de pensão do POSTALIS e nos demais em que o senhor também tem uma experiência?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, precisa ficar claro que todos os indicados para esses cargos, seja no POSTALIS, seja em outros demais fundos, eles passam por uma decisão de diretoria executiva dos seus patrocinadores e, no nosso caso, por governança também, pelo Conselho Deliberativo, para ser aprovado ou não. Está certo? É necessário se ter um mínimo; hoje a lei é clara, você tem que ter uma experiência e você tem que ser certificado para poder estar nos lugares, não parte só de uma indicação política. Eu posso



muito bem achar melhor colocar o João em algum lugar, mas ele não tem formação para poder estar nesse lugar. Então...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Perdão, é exigido nível superior?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso! Para todos os cargos há certificação, nível superior, e a certificação é do sistema. Está certo? Porque precisa ter. Nos casos de diretor de investimento, diretor financeiro, dependendo do nome que se usa nas fundações, é necessário o estudo na área técnica de economia, de administração, ou seja, de números. Está certo? No meu caso, a minha experiência é certificada por administração, pela minha experiência de gestor. Então, assim, quando o senhor me diz de zero a dez, eu acho que a lei, quando ela obrigou essa questão da certificação, você pode ter afastado alguma coisa que pode ter acontecido no passado. Nesse momento, hoje, as indicações são todas das pessoas preparadas para poder estar onde estão, obedecendo as suas... Desculpe-me.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - De quando é a lei?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Poxa, a questão da certificação, eu... Deputada, Excelência, eu peço desculpas, mas é tanta mudança, tantas vezes... Eu posso mandar depois para vocês também, mas tem essas necessidades. Excelência.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Sr. Carlos, dentro do espaço onde ainda existe interferência partidária, qual é o tamanho dessa interferência? Onde acontece, dentro desse processo, onde se verifica que há presença do partido? O senhor é filiado do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Outros dirigentes também têm essa filiação ou essa afinidade com o Partido dos Trabalhadores. Então, não dá para negar, a essa altura, que existe um espaço de discricionariedade, que ainda sofre influência partidária enorme, até para que haja uma contribuição de V.Sa. a esta Comissão, para que a gente possa elaborar algo dentro do nosso amparo legal para que possa mudar essa realidade. Em que fase do processo existe uma interferência maior, decisória? Enfim, onde ainda está esta presença partidária que não deveria estar?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, eu reitero, Excelência: é necessário ter toda uma prerrogativa para a indicação. Está certo? Ela não pode ser simplesmente só uma indicação partidária. É isso que eu quero dizer ao senhor. A minha contribuição, se é que eu posso dar alguma, eu acho que nós já avançamos muito a partir do momento em que essas exigências passaram a ser inclusive legislação. Outra medida que eu acho que a gente também depura, se se pode dizer essa palavra com relação a possível indicação partidária, são as eleições, quando você as tem previstas em estatuto, como é o nosso caso. Já a partir do ano que vem nós teremos a eleição de um diretor administrativo para a diretoria administrativa e, em 2017, para a diretoria de seguridade. Então, eu acho que isso, nos outros fundos, já acontece há mais tempo: PREVIC, FUNCEF. Já há eleições, o meu BANESPREV, de onde vim, lá no BANESPA, há mais de 30 anos nós já elegemos. Quase há 30 anos, pelo menos, nós já elegemos os nossos candidatos para diretorias, comitês e conselhos. Eu acho que essa é uma forma que a gente encontra de ter menos ingerência política.

O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA - Para não perder pelo menos o número, Sr. Presidente, eu pedi, de zero a dez, na impressão do senhor, qual seria.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Desculpe, eu não tenho como avaliar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É subjetivo, é desejo dele avaliar ou não.

Com a palavra o Deputado Rocha. Na sequência, o Deputado Paulo Teixeira e a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Antonio Carlos Conquista, eu ouvi aqui e observei aqui o senhor tentar passar uma imagem que as coisas vão às mil maravilhas nos fundos de pensão; que os participantes não tiveram nenhum prejuízo, e que a direção do POSTALIS tem tomado todas as medidas jurídicas cabíveis. Mas toda vez que é confrontado para saber se na prática essa ação, essa iniciativa da diretoria do POSTALIS foi efetiva, o senhor foge. O senhor não respondeu qual o grau de envolvimento político nas indicações. Eu diria que de zero a dez, acho que dez, porque até hoje todos os que vieram aqui são filiados ao PT. Pelo menos os que estão com as digitais nesse esquema.



O senhor tem um currículo interessante. O senhor participou da PETROS, o senhor participou da PETROS, o senhor hoje dirige a POSTALIS, são instituições que deram prejuízo para o Estado e prejuízo para os participantes. Agora, eu queria saber do senhor: logo no início, o senhor foi confrontado para saber sobre o Sr. José Augusto Ferreira, que era um dos diretores ou um dos proprietários do BVA. O senhor disse que só tinha conhecimento que ele tinha participação junto aos fundos de pensão nessa empresa. O senhor, por acaso, não sabe, não sabia, ou o senhor omitiu que o Sr. José Augusto Ferreira, ele também era fundador da Multiner, que tem negócios com o POSTALIS, tem negócios com outros fundos de pensão. Acho que é interessante saber. Porque existe, e aí é claro, é evidente, uma ligação estreita entre o BVA, do Sr. José Augusto Ferreira, e a POSTALIS. Uma ligação estreita. Aí vem a Multiner, o próprio BVA e outras empresas que fazem parte ou têm ligação com o Sr. José Augusto Ferreira. Eu queria saber do senhor... Quero lembrá-lo de que o senhor está sob compromisso. Eu vi muita gente aqui inclusive na CPI da PETROBRAS contando a mesma história que o senhor está contando. Poucos dias depois, nós vimos a decretação da prisão. Então, eu queria aqui que o senhor me esclarecesse se o senhor tinha conhecimento ou se omitiu essa participação do Sr. José Augusto Ferreira na Multiner, que tem relações com o POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Antonio Carlos Conquista.

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, respondendo de forma objetiva ao senhor, eu não omiti, porque não me foi perguntado. Está certo?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Foi perguntado, sim.

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, sobre a Multiner não. Foi me perguntado se eu conhecia o José Augusto e o Ivo Lodo. Eu disse aos senhores que sim.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Os negócios deles junto a POSTALIS. O senhor disse que só tinha conhecimento do BVA.

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, então, mas me foi perguntado se eu os conhecia. Eu disse que na época dos investimentos é evidente que a gente conhecia, porque eram os donos do banco, os presidentes, pelo menos. Na questão da Multiner, é conhecido esse investimento no POSTALIS. Eu não tenho acho ele



aqui, mas ele deve ser de 2010. Penso que deve ser de 2010 o investimento. E era de conhecimento público, não só meu, de que a Multiner tinha a sua gestão feita pela Vitória Asset, que era ligada ao BVA. Então, eu só não respondi, porque ainda não tinha sido perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O valor é esse de 244 milhões de reais?

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na Multiner? O senhor me desculpe, Presidente, eu não tenho... Justamente o senhor deve estar vendo que eu tenho um quadrinho, mas eu posso mandar para o senhor em seguida também qual é o nosso investimento dentro do fundo Multiner. Desculpe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só quero confirmar, porque a informação de que a Presidência e a relatoria dispõem é que foram investidos 244 milhões de reais investidos na Multiner FIP. O agente foi a Planner, que era a administradora dessa carteira.

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor tem a data, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, a data aqui eu não tenho.

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas eu me comprometo. Assim, nós já estamos anotados aqui. Imediatamente eu mando para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Grau de risco 3. Multiner FIP. Mas pode prosseguir.

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, eu acho que eu já respondi ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aproveitando só, então, para confirmar se o senhor tem conhecimento da Planner, Gama FIP, Multiner FIP, FIP Saúde, FIDC Trendbank, CCB Águas de Itapema, CCB INVESTMINAS, CCB GPC, debênture Galileo e debênture SANESALTO. Todos têm a agente Planner ora como administradora, ora como gestora, ora como agente fiduciária.

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peço desculpas, mas, assim, só do Gama que eu já posso dizer para o senhor que ele deveria ser, porque nós já vendemos esse fundo. O Multiner eu tenho certeza, porque ele ainda é. O Saúde ainda é. Agora, os outros... O Trendbank nós já trocamos. Aí os outros eu vou



precisar... O Galileo — desculpe —, como nós estamos numa condição de justiça, eu não sei se nós já estamos... Mas, como nós pedimos a liquidação antecipada de investimento, muito provavelmente já não seja mais. Então, eu ficaria de dar a resposta para o senhor de Itapema, INVESTMINAS, GPC e SANESALTO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu acho que vai chegar o documento para os senhores também. Ele está me lembrando de que toda a questão dos nossos investimentos vai vir também quem são os nossos gestores, administradores e agentes fiduciários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o senhor reitera a sua resposta anterior de que não tem nenhum conhecimento da relação da Planner com a BANCOOP?

SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, Sr. Antonio Carlos Conquista, eu aqui não posso deixar de dizer que eu conheço o Sr. Antonio Carlos Conquista há mais de 20 anos. Nunca fui ao POSTALIS. Não sei onde é o POSTALIS. Nunca pedi nada ao Sr. Antonio Carlos Conquista. Mas eu posso dar um depoimento da idoneidade deste senhor que está aqui fazendo o seu depoimento neste momento.

Em segundo lugar, eu assisti à última sessão da última quinta-feira. A última sessão da última quinta-feira, somada a esta, as duas apontaram uma série de irregularidades no POSTALIS, pelo que me consta, anteriores à entrada do Sr. Antonio Carlos Conquista na direção dessa instituição. Todas elas. No primeiro mês da sua gestão, ele acabou de responder que assinou a aquisição do terreno. Eu quero perguntar ao Sr. Carlos Conquista o que esta Comissão quer saber, primeiro: este terreno comprado em Cajamar deu prejuízo para o POSTALIS?

Em segundo lugar: quais as providências que o senhor está tomando em relação a essa má gestão, a essas más gestões passadas que aconteceram no POSTALIS? Porque essas más gestões acabaram levando um grande dano a esse patrimônio dos trabalhadores dos Correios. Então, quais as providências que o



senhor tomou de naturezas judicial e administrativa, ou as que os órgãos de controle tomaram em relação a esses malfeitos acontecidos no POSTALIS?

Então, eu gostaria de fazer essas perguntas, dentro do tempo que me resta ainda de 1 minuto, mas eu prometi ser curto para contribuir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Até para poder cobrar dos outros, o Deputado Paulo Teixeira dá exemplo. Obrigado, meu Vice-Presidente.

Com a palavra o Dr. Antonio Carlos Conquista.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputado, essa é uma oportunidade. A gente vai falando, vai falando e acaba esquecendo. O terreno de Cajamar é um investimento dos mais promissores que nós temos. Eu já disse aqui, e falei rapidamente, porque nós temos os Correios como locatário, e é um contrato de 20 anos — sendo que nós temos o conhecimento de que os Correios não ficam menos de 40 anos nos seus ambientes de locação. Então, assim, por muitos anos nós vamos explorar isso. Vai acontecer uma benfeitoria natural, feita lá dentro, ao longo desse tempo. Nós temos o aluguel já recebido, já estamos recebendo aluguel. Os cálculos que fizemos, quando negociamos o valor de aluguel, atingiam a nossa meta atuarial, como atinge, ainda. Está certo? Se naquela época já atingia, quando nós tínhamos 6% de meta atuarial, hoje já com 5,5 mais do que nunca está sendo atingida também. Então, assim, esse foi um investimento promissor. Se tivéssemos mais recursos, quem sabe pudéssemos fazer mais nesses investimentos. Mas, infelizmente, nós não temos. Então, esse foi o único. Mas é o que eu disse aqui, rapidamente, a gente, com essa questão imobiliária dessa forma, sai da *performance* de papel; você não fica correndo risco de mercado, de naquele segmento, de repente, você ter um bom investimento, e aí quando a empresa tem algum problema de mercado, a China, atrapalha tudo, e aí você acaba sofrendo com essas questões. A questão do aluguel, em particular, ter um inquilino como os Correios ou qualquer outro de um tamanho como os Correios para nós é extremamente importante. A questão da má gestão é aquilo que eu já disse: nós estamos num processo de apuração. Eu não consigo lembrar qual o Deputado que me fez essa pergunta. Assim, a partir do momento em que eu tenho um problema de *default*, a partir do momento em que eu tenho a falta do pagamento, a partir do momento em que provisiono, nós começamos a negociar, faz-se acordo, tenta a



repactuação. Muitas vezes, você faz a repactuação, o investidor não paga. Aí você vai para a Justiça na parte final do processo, ou seja, já entrar com ação na Justiça para poder receber a sua garantia de volta, o seu investimento que foi feito de volta. E na questão particular da responsabilização de possíveis responsáveis dos problemas que nós estamos enfrentando no POSTALIS, nós estamos numa leitura de que não podemos tomar nenhuma iniciativa açodada, porque podemos criar um problema para nós, também, na contrapartida. É a questão de um problema de entrar com uma ação de uma cobrança de um valor que ainda nós estamos no processo de negociação. Porque, se eu digo que me devia 20 e recebo 18, na verdade a parte provocada pode retornar com uma ação contra o POSTALIS. Então, é uma certa parcimônia que pode parecer não queremos fazer nenhum movimento, mas, assim, tudo com cuidado. Como foi do Mellon, como foi da RTSA, nós tomamos todos os cuidados para que não precisássemos correr o risco de ter algum retorno contrário na tomada de decisão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - E quais foram as providências para melhorar a governança que V.Sa. adotou dentro do POSTALIS, assim que entrou?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu já tirei dali, Deputado, e só retornei para lá. Mas nós já nos reportamos, eu fiz uma série, nós, a Diretoria Executiva como um todo tomou uma série de medidas no sentido de, principalmente, Comitê de Investimento Plural, com as quatro diretorias representadas; redução de alçada; manual de investimentos — que é extremamente importante, porque assim você já nem analisa o investimento se não tiver dentro daquelas coisas que estão previstas naquele manual —; gerência de risco — é extremamente importante hoje nos Fundos de Pensão você ter uma gerência de risco, para olhar toda essa questão de conflito legal, financeiro, de sobreposição de áreas —; manual do risco; escolha das redes — as três principais; a questão da transparência dos números para os participantes, ao longo deste ano passado todo; as reuniões com as entidades. A cada 2 meses nós fazemos as reuniões com as entidades. Nós estamos parados neste instante por causa das questões que estávamos respondendo à PREVIC, e todos os órgãos perguntando para nós; a auditoria interna apensada ao Conselho. Eu acho que tudo isso é um arcabouço que nos dá uma maior tranquilidade na hora de decidir algum investimento. Como nós não estamos fazendo — nós estamos



numa prioridade de compra de títulos —, eu acho que isso fica preparado para quando a necessidade apontar. E é isso, o processo é constante; o aperfeiçoamento de governança é constante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concluído? *(Pausa.)*

Aproveitando, só sobre a possível gestão fraudulenta passada, a que tanto se referiu o Deputado Paulo Teixeira, é do conhecimento de V.Sa. que, no Conselho de Recursos da Previdência Complementar, existem penalidades aplicadas ao ex-Presidente Alexej Predtechensky, o Russo, e ao ex-Diretor Financeiro Adilson Florêncio da Costa de inabilitação por 10 anos e multas pecuniárias em mais de 200 mil reais?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O POSTALIS...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O POSTALIS tem conhecimento dessas decisões.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove processos que foram julgados em conjunto, fora outros que aqui estão. Alguma providência de ressarcimento, de direito de regresso a Diretoria do POSTALIS tem adotado nesse sentido?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu disse há pouco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está analisando.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, providência real de procedimento ajuizado, protocolado, ainda não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Ainda, não. Mas quando nós tivermos isso, com certeza faremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, só para ficar bem clara essa dúvida.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu queria no primeiro momento dizer que me parece que foram tomadas várias ações que são ações



importantes. Esse nível de investimento do administrador fiduciário do POSTALIS, o BNY Mellon, a meu ver, chegou a um determinado momento em que poderia haver conflito de competência, na medida em que ele também era gestor, era também o administrador fiduciário e gestor de alguns fundos que sofriam investimento do próprio POSTALIS. Então, penso que a ação do POSTALIS, neste momento, de estar recorrendo à Justiça para tentar rever o prejuízo é absolutamente fundamental.

E penso ainda que é preciso que nós tenhamos clareza sobre o investimento de Cajamar, por exemplo. Ele superou, como aqui já foi dito, a meta atuarial, o seu retorno, e também a média do que seria o investido em fundos públicos, que foi a conservadorização dos investimentos, penso eu, que aconteceu no POSTALIS — corrijam-me se eu estiver errada —, com um investimento muito grande de renda fixa, para poder conservadorizar e dar maior segurança ao nível de investimento.

Acho ainda que é muito importante que nós tenhamos a presença de diretores eleitos e que haja a coletivização do processo e da decisão dos investimentos. Eu penso que a PREVIC, por exemplo, não funciona ou não tem instâncias individuais ou diretores individuais que possam opinar ou determinar sobre investimentos. E a FUNCEF tem pelo menos quatro comitês, que são comitês paritários, com representantes eleitos, para poder avaliar a necessidade de investimento, posto que há uma captação, que é uma captação mensal, e uma aplicação que é de longo prazo. Então, isso possibilita o investimento de longo prazo.

Ainda acho que nós deveríamos rever esse prazo de 3 anos para atestar os déficits ou superávits, porque são investimentos de longo prazo. Você investe, por exemplo, em infraestrutura, que é um investimento de retorno, retorno de longo prazo; são investimentos que são maturados. Portanto, nós deveríamos alargar, penso eu, esse prazo, para proteção dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, e, particularmente, dos assistidos, que são os que sentem o impacto de forma imediata.

Mas eu venho aqui inclusive para dizer que, enfim, foram tomadas várias ações que eu acho que são importantes e dizer inclusive que quando se fala do BVA nós temos aqui pessoas. Quem investiu? Quais são os credores da massa falida do BVA, dentre outros? O BRADESCO, como aqui já foi falado; o HSBC, como aqui já foi falado; e o Banco do Estado do Pará, que tem como acionista majoritário —



acionista majoritário! — o Estado do Pará, ou o Governo do Estado do Pará, que é do PSDB. Então, portanto, nós temos aqui no BVA credores dessa massa falida que são credores das mais diversas estirpes, inclusive credores de grande monta, como o BRADESCO e o HSBC.

Nesse sentido, feita essa introdução, eu gostaria de lhe perguntar: o que o senhor acha da possibilidade de ampliação desse prazo para atestar os déficits para preservar fundamentalmente os trabalhadores e as trabalhadoras?

Segundo, se há qualquer auto de infração que lhe atinja, feita pela PREVIC. Aqui já foi dito que a PREVIC estabeleceu algum tipo de punição para antigos gestores. Então, há algum auto de infração que lhe atinja ou que atinja esta diretoria, neste momento, por parte da própria PREVIC?

Por fim, quero dizer, Sr. Presidente, e venho aqui muito mais em um desabafo, que é preciso que nós não criminalizemos as filiações partidárias. Não é possível! Não é possível, a partir de uma filiação partidária, fazer toda uma injunção, inclusive análises corporais — utilizando Thérèse Bertherat, que diz que o corpo fala, uma profissional nesse sentido —, utilizando análises corporais e ilações a partir das filiações partidárias, que é um direito conquistado com muita luta pelo povo brasileiro no direito de filiação partidária qualquer que seja ela — porque vivemos inclusive essa proibição durante os conhecidos anos de chumbo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De acordo, Deputada, não pode haver prejulgamento nenhum por conta de filiação partidária. É um direito do cidadão brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputada, é o seguinte: de tudo o que a senhora fez comentário, é evidente que Cajamar, realmente, já acabei de responder, nós temos... O nosso entendimento também é que o investimento vai nos dar todo o retorno, e no final, ainda — eu acabei não dizendo —, o imóvel continua sendo do POSTALIS. Está certo? A questão dos diretores eleitos, também, eu acho que nós corrigimos isso a partir agora da aprovação desse novo estatuto, que está em fase de publicação, e possivelmente já no ano que vem tenhamos eleição para o Diretor Administrativo, e, em 2017, eleição para Diretor de Seguridade. Então, o POSTALIS também terá, dentro da sua Diretoria Executiva, que são quatro



membros, dois eleitos, possivelmente a partir de 2017, representantes inclusive do corpo de funcionários, que são necessários serem participantes. E a questão do déficit, foi extremamente importante a sua observação. Nós estamos... Se pudermos, quanto mais, ter ajuda de Parlamentares, dos senhores aqui e de toda a sociedade, inclusive da ABRAPP, essa questão da mudança dessa questão de equacionamento deve ser muito rápido para fazer. A partir do segundo ano, você tem que tomar uma decisão de equacionamento e, muitas vezes, você não tem tempo de poder retornar com o valor do investimento que você estava com o *default*. Está certo? Então, a gente sabe que os fundos de pensão americanos, por exemplo, não têm prazo. Então, para nós seria extremamente importante não é nem a questão de termos prazo, mas que nós tivéssemos um prazo mais alongado para termos tempo de trabalhar. Nós, eu digo no meu caso, em particular, mas também todos os fundos de pensão brasileiros no sentido de ter essa, como se diz, condição de poder não ter o equacionamento de forma tão rápida como está previsto na regulamentação, hoje. Ou seja, com o segundo ano de déficit você ter que equacionar. A senhora me perguntou mais alguma coisa. É que eu marquei autos de infração. Autos de infração, no POSTALIS, eu não tenho nenhum — está certo? A PREVIC está numa fase de conclusão de relatório. Então, eu posso dizer para a senhora aqui hoje, como dirigente do POSTALIS, que acabo de responder isso aqui, e vem um auto de infração, chega para mim dentro do POSTALIS, e os senhores podem dizer que eu omiti alguma coisa. Mas hoje eu não tenho ainda, não está terminado o trabalho da PREVIC, que eu ainda não tenho.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, só mais uma coisa, sobre o conflito de interesse. Esse banco de Nova York, BNY Mellon, era o administrador fiduciário do próprio POSTALIS e ao mesmo tempo gestor de alguns fundos. Enfim, gostaria de saber se o senhor não avalia que houve conflitos de interesse.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que precisávamos saber exatamente qual é o caso, assim, no genérico, saber exatamente onde está o Mellon, porque, assim, o Mellon pode ser o administrador. Ele pode ser só gestor, entendeu? Ele não é duas coisas. Pode ser. Então...



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor poderia verificar...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Claro!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...e remeter para a CPI?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Claro.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso que isso é importante. Se você administra um fundo...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Onde está o Mellon? Isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...você só poderia administrá-lo...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...em defesa de um fundo, o fundo de pensão POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Claro.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E não pode ser em defesa própria, porque você tem parte nas instituições que sofrem ou que recebem o investimento.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Presidente, só me permita uma correção: eu tive um auto de infração no POSTALIS de um FIPE Saúde, mas fui inocentado.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, a Deputada perguntou sobre alguma representação contra o depoente. Ele falou da questão da PREVIC, mas ele responde a uma ação penal e teve os bens indisponibilizados.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu perguntei sobre o auto de infração da PREVIC. A ação do Ministério Público acerca de Cajamar, que aqui já foi mencionada, também já foi largamente explicada pelo próprio depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aproveitando a pergunta da Deputada Erika Kokay, que falou sobre conflito de interesse, explique um pouco melhor, Dr. Antonio Carlos, só sobre essa mudança da empresa de auditoria — era a KPMG e vocês mudaram —, já que ela também prestava serviço ao BNY Mellon ou algo desse tipo. Então, houve algo nesse sentido de identificar conflitos de interesse que levou à mudança da empresa de auditoria?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Excelência, na verdade, é razoável imaginar que a cada 2 anos nós tenhamos que mudar. Todos os fundos de



pensão têm que ter uma rotatividade na escolha das suas... Infelizmente, hoje — desculpe o termo — as maiores, chamadas “Big Four” — KPMG, Price e outras —, as maiores compraram todas as menores. Então, você não escapa muito. Então, 2 anos você fica com a KPMG e, depois de 2 anos, você acaba indo para a Price. E daqui a 2 anos você possivelmente volta para esse. Mas a nossa escolha foi só de mudança mesmo, porque já era necessário fazer essa mudança no nosso auditor externo, por acharmos um processo mais transparente e saudável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa sua notificação no FIPE Saúde tem alguma coisa a ver com a Global Saúde ou a Postal Saúde?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, com a Postal Saúde, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E com a Global Saúde?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Acho que é FIPE... Eu precisava saber o nome exatamente do FIPE. O senhor tem aí para mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, o FIPE Saúde.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Foi nesse FIPE... Logo que eu cheguei... Eu posso depois remeter para o senhor o apontamento da PREVIC e a nossa decisão de sair da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Global Saúde tem convênio com o POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Global Saúde? Convênio? A empresa Global Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso. Um convênio de medicamentos farmacêuticos...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ah, sim! Sim! Com os nossos funcionários, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe dizer quem responde pela Global Saúde, quem é o seu representante legal?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ai, ai, ai, ai, ai! Agora... O CEO deles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem é o CEO deles?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu penso que seja o Max... Maximiano alguma coisa. Acho que é isso, mas eu não...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mais conhecido como Max?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Só temos mais dois inscritos: o Deputado Marcelo Aro e o Deputado Sóstenes.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. não vai abrir reinscrição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ao final, se houver desejo de reinscrição, a gente avalia a possibilidade.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O.k. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Bom, eu já vou direto às perguntas, porque há várias. Em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só aproveitando para esclarecer a dúvida da Deputada Erika Kokay — pode ser a mesma de alguns dos senhores e das senhoras —, hoje a pauta anunciada é a do Dr. Antonio Carlos Conquista, exclusivamente. Encerraremos com as perguntas.

Na quinta-feira, teremos aqui o Presidente da FUNCEF e o da PREVI — quinta-feira é um dia mais longo, já que começamos pela manhã — e, na próxima terça-feira, teremos o Presidente da PETROS aqui conosco.

Com a palavra, o Deputado Marcelo Aro. Quer que agregue o tempo de Líder, Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Não, obrigado, Sr. Presidente. Talvez depois, na réplica, eu peça essa gentileza.

Bom, em primeiro lugar, eu queria saber quem foi o responsável, depoente, pela sua indicação na GEAP e qual a sua participação no escândalo que quebrou o fundo do funcionalismo federal.

Nós falamos aqui de dois casos na Justiça e ainda não tratamos desse. Há notícia na Internet — inclusive, eu estou com ela aqui — dizendo que o senhor sacou 700 mil reais, que a Polícia Federal está investigando o senhor. Eu queria saber se isso procede; se foi instaurado o processo e qual o resultado. Ninguém aqui falou sobre isso.



Duas correções, se eu estiver errado depois também me corrija: primeiro, o senhor falou que assumiu cargo público na GEAP e, agora, no POSTALIS, mas o senhor também passou pelo Ministério da Pesca. Gostaria de saber se isso é verdade ou não.

E o senhor falou que os funcionários, as pessoas que participam do fundo não estão pagando, mas eu tenho uma notícia de que eles já pagam 3,94%, desde abril de 2014, para equacionamento do BD; tenho notícia também de que, este ano, tentaram alterar o percentual para 25,98 para equacionar o mesmo plano. Então, o senhor falou que eles não estão pagando nada, mas a notícia que eu tenho é que eles estão pagando sim.

Em relação aos investimentos do POSTALIS em títulos da Argentina e da Venezuela, que aqui já foi amplamente falado, eu quero saber se isso tem alguma relação com o foro de São Paulo, se há algum viés ideológico na gestão do POSTALIS.

Também, depoente, a auditoria recém-concluída pelos Correios aponta que a sua gestão apresenta várias irregularidades: contraria regras de mercado, omite documentos e facilita fraudes. Segundo os auditores, contraria até regras do Conselho Monetário Nacional e as próprias normas internas da instituição, de modo que a bagunça administrativa no POSTALIS provocou, apenas nos últimos 2 anos de sua administração, um prejuízo de 2,6 bilhões nas contas do fundo, agravando ainda mais a situação deficitária.

Lembro que o prejuízo não é só para aqueles que participam do fundo, mas para cada brasileiro, porque nós estamos falando de uma estatal, que é a patrocinadora.

Essas descobertas dos Correios não colocam em xeque a gestão desde 2012, depoente? E elas também não colocam sob suspeita sua recondução ao cargo no mês passado, alguém que deu um prejuízo de 2,6 bilhões?

Outra coisa que não foi levantada aqui, os imóveis do POSTALIS foram vendidos na sua gestão. O edifício da sede do POSTALIS foi vendido por 8 milhões e 500 mil reais, sob a alegação de que o prédio era velho, precisava de muitas reformas e a localização, no Setor Comercial Sul, não era das melhores, mas continua alugando o mesmo imóvel por 80 mil reais, logo depois de ter vendido, ou



seja, quase 1% do valor vendido. E, após 3 anos, o aluguel já está em 135 mil reais! E ainda há um detalhe: foi feita uma auditoria pelos Correios e foi constatada nessa venda que o imóvel valia mais e que o aluguel seria de no máximo, hoje, 45 mil reais. O POSTALIS paga 135 mil reais, sendo que o valor deveria ser de 45 mil, além de a venda ter sido feita num valor mais barato.

A minha pergunta é: em que foi aplicado o dinheiro da venda? Qual a rentabilidade? Quem são os compradores? Por que a sede continua no mesmo endereço, já que se vendeu por não ser um bom endereço?

Eu peço, Sr. Presidente, que me sejam enviados — e a todos os integrantes da CPI — todos os processos de venda dos imóveis para a nossa análise.

Também quero fazer uma pergunta, agora de caráter político, depoente, sobre se você fez alguma transação ou intermediou algum tipo de ajuda financeira, lícita ou ilícita, para o PT ou para alguém do PT. Pergunto, ainda, se no POSTALIS há má gestão ou há também corrupção.

Para terminar, tendo em vista que ficou claro nas respostas do depoente nesta tarde que não participou, não viu nada de irregular e também não adotou providências eficazes para estancar os problemas dos maus investimentos anteriores, e principalmente desse prejuízo de 2,6 bilhões; pergunto se não é o caso, Sr. Antonio Carlos Conquista, de o senhor pedir seu afastamento imediato do POSTALIS.

Eu fico imaginando que, se fosse em qualquer fundo privado, o do Bradesco, por exemplo, com o histórico da GEAP, que eu aqui citei, o senhor não seria nem contratado, porque quebrou um fundo antes de assumir esse atual fundo. Será que não é o momento de o senhor, diante dessa situação, pedir afastamento, até para que possa responder com mais tranquilidade todas essas indagações que aqui estão sendo colocadas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para a resposta, com a palavra o Dr. Antonio Carlos Conquista.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputado, quanto à questão da indicação da GEAP, eu já tinha dito aqui no começo da minha explanação quando falei do meus dados profissionais. Quando eu cheguei à GEAP, os três fundos... a GEAP, eu acho que os senhores conhecem, tem uma característica diferente: tem



pecúlio e saúde, mas basicamente ficamos o tempo todo tratando de saúde e muito pouco a questão do pecúlio, que é também uma questão do fundo. Ela tem um CGPC de fundo de pensão, mas, na verdade, ela atua quase que todo o tempo dela com relação à questão da saúde. Então, quando fui indicado para a GEAP, eram três fundos. E lá tem uma característica diferente. E quem são os maiores participantes dentro da GEAP? Pode ser que isso tenha mudado ao longo do tempo, pois eram mais de 300 mil pessoas quando eu cheguei lá, mas os maiores eram Previdência, Saúde e Transportes — esses eram os Ministérios que tinham maior número de participantes dentro da GEAP. Então, eu fui indicado, à época, pelo Secretário-Executivo, Sr. Carlos Gabas, para ser o Diretor-Presidente. Sobre essa questão da quebra da GEAP — e pode ser que o senhor não conheça —, eu não tive nenhuma vinculação com a intervenção, tanto que eu só fui chamado para fazer um depoimento. Não me alcançou a intervenção. Está certo? Eu dei meu depoimento e, dentro dos registros finais na questão da intervenção feita pela ANS e pela PREVIC, se eu não estiver enganado, eu não tenho nenhum registro que desabone a minha passagem lá. Ao contrário, eu quero dizer ao senhor que eu acho que, nesse período de 1 ano, como eu tinha uma experiência na área de saúde, eu fiz uma gestão — eu e a minha Diretoria-Executiva, óbvio, pois ali tem essa questão da saúde o tempo todo. Mas nós chegamos na GEAP e encontramos uma situação de atrasos para pagamento de hospitais, médicos, clínicas, atrasos de mais de 120 dias, o que é, inclusive, proibido pela própria ANS. E nós conseguimos, ao longo de 2010, reduzir isso para um tempo por volta de 45 dias. Nós já estávamos numa fase pagando melhor que a AMIL e a própria UNIMED aquela altura do ano, está certo? Mas aí eu saí da GEAP e, portanto, eu não tive nenhuma implicação com essa questão da intervenção. Não foi por causa disso. Eu tive documentos... Aí quando o senhor me pergunta sobre 700 mil, eu não saquei 700 mil. Eu tive documentos — como se diz? — alterados. E foram documentos pessoais não só meus, mas do Diretor-Financeiro e, acho, da minha Presidente do Conselho. Achei a palavra: foram documentos “falsificados”, está certo? Na minha carteira de identidade, para o senhor ter uma ideia, o nome do meu pai estava errado — e a pessoa era negra. Mas estava com o nome do meu pai errado. Todas as outras características da carteira de identidade estavam perfeitas, era aquilo que é a minha carteira de



identidade inclusive hoje. Nós tomamos todas as providências. E o senhor imagina o que deve ser provocar Polícia Federal, FENABAM, Ministério Público... E aí esses processos devem estar em curso até hoje, está certo? Mas todas as medidas que nós tínhamos que ter tomado à época para apurar essa falsificação de documentos foram feitas. Quanto ao Ministério da Pesca, eu disse aqui ao senhor também — aos senhores, perdão — que, quando eu fiz a minha apresentação profissional, passei como Secretário de Infraestrutura e Fomento de janeiro de 2011 até março de 2012. E aí eu agradeço ao senhor, pois o senhor lembrou uma coisa que a gente acaba falando e acaba esquecendo. O Deputado anterior, penso que foi um Deputado do Ceará, perguntou-me sobre os 25,98%; e nós dissemos que está suspenso. Mas é verdade. O que nós também acertamos no nosso TAC? Suspendemos os 25,98% e trouxemos de volta o 3,94%, que já estão sendo cobrados desde abril de 2013. Está certo? Eu peço desculpas, o senhor me lembrou bem, mas aqui foi uma falha de lembrança.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - O senhor tem que pedir desculpas para quem está pagando.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peço desculpas, inclusive, para quem está pagando.

(Não identificado) - E alguém está pagando?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Os 3,94%, sim. E nós voltamos para o equacionamento anterior.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Está se pagando, Deputado, desde abril, todo mês, os 3, 94.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Desde abril de 2013. Perdão, Deputado, eu peço a sua compreensão, pois o senhor falou sobre o FIDEX, mas eu anotei rapidamente aqui quando o senhor falou sobre “viés ideológico”. Eu fui escrevendo e me perdi. O senhor pode me ajudar?

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Em relação aos títulos da Argentina e da Venezuela, que V.Sa. já colocou aqui, explicou um pouco. Perguntei se isso tem relação com o chamado “Foro de São Paulo” e se há um viés ideológico na gestão do POSTALIS.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, isso aconteceu à revelia. Nós não temos a menor informação se ele fez isso, de que forma fez, por que fez. Eu não tenho como dizer isso ao senhor. Com relação à auditoria dos Correios nessa reportagem que o senhor aponta, posso dizer que o jornalista da época nos procurou na semana passada, e eu já disse isso aos senhores, e fez uma série de perguntas vagas. Nós até respondemos para ele dizendo assim: *“Por que o POSTALIS pagou taxa de administração de emissão debêntures acima do preço?”* Nós dissemos: *“Mas a que se refere?”* Nós não sabemos. Aí, na reportagem que ele faz, ele diz que a auditoria dos Correios apontou isso. Só posso responder ao senhor que nós ainda não temos o relatório final da auditoria dos Correios. Então, não tenho como dizer ao senhor. O que quero assumir, como um compromisso aqui com a Presidência da CPI e com os senhores, é que assim que eu tiver o relatório dos Correios enviado para nós, com tudo que está apontado — possivelmente inclusive, alguma coisa que esteja na própria matéria —, os senhores terão conhecimento. O senhor disse sobre a minha recondução?

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Os imóveis, primeiro; ou o imóvel.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perdão. Os imóveis não foram vendidos na minha época. Eles foram vendidos em 2010. Eu não estava no POSTALIS. A decisão foi da Diretoria Executiva à época, que entendeu que o patrimônio em imóveis, porque eles tinham imóveis velhos que geravam uma manutenção cara; aí decidiram vender, está certo? Parece-me que uma das vendas era de um imóvel onde fica a nossa sede atual, hoje, no setor comercial sul. Nós pagamos aluguel, está certo? E o senhor está correto nos números. Era um aluguel de 80 mil, acho, desde a época que ele foi locado novamente. Agora, os 135 mil passaram a ser valor, a partir do momento em que nós fizemos a renovação do contrato. Aí se atualiza o valor a mercado. O senhor me pediu também para enviar processo de venda. Já está anotado aqui e nós vamos fazer isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Quem comprou?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Precisamos ver.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Aqui faço um comentário, Sr. Presidente: Como pode o depoente não saber quem comprou o imóvel? Nada que a gente pergunta ele sabe. Isso dificulta nossa investigação. Ele é Diretor-Presidente



do fundo e não sabe nos dizer quem comprou o imóvel onde eles hoje trabalham. É difícil! Isso dificulta muito nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse caso já foi na sua gestão — não é isso, doutor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Foi em 2010

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E o interessante que todo mundo sabe quem são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ah, foi em 2010. Está bom.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Vou mandar todo o processo de venda, como está sendo pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele mandará o processo; e nós tomaremos conhecimento. Não foi na gestão dele. Agora, ele se compromete a enviar documentação e o senhor terá conhecimento.

É importante citar que já foi aprovado requerimento na nossa última sessão de deliberação para que os ex-Presidentes, tanto o Sr. Alexei Predtechensky e o Sr. Adilson Florêncio, sejam convocados — e já estão — para estarem nesta CPI. E haverá uma agenda na conformidade. Eles não farão sequer parte dos requerimentos da próxima sessão deliberativa, que deverá acontecer na outra quinta-feira, porque já foram aprovados tais requerimentos na passada.

Concedo a palavra...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Tenho mais duas questões a responder — desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, conclua rapidamente a respostas, para avançarmos.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Se houve alguma transação com o PT, obviamente que não. Não posso tirar nenhum recurso do POSTALIS para partido seja lá qual for.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Não perguntei só da POSTALIS. Perguntei se o senhor intermediou, se o senhor participou de alguma transação lícita — o senhor está falando que ilícita, não — para o PT? O senhor é militante, o senhor arrecadou fundo para campanha, o senhor ajudou nisso junto com Vaccari?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não fiz isso.



O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Não? Nunca intermediou?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nunca intermediei.

O senhor pede o meu afastamento imediato do POSTALIS. Eu penso que eu ainda tenho uma missão. Eu não gostaria de deixar o meu currículo com essa falha de não ter conseguido reverter o equacionamento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Três anos depois da minha recondução. Então, todo esforço estou fazendo desde a minha chegada, em abril de 2012. Sou um morador de São Paulo ainda, saio toda segunda-feira, por volta das 7 horas da manhã, e volto às sextas-feiras. Cumpro uma agenda razoável aqui com meus companheiros de Diretoria na tentativa de conseguirmos resolver o mais rápido possível essa questão do déficit.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Deputado Efraim Filho, demais membros da Mesa, colegas Deputados e o nosso depoente, Sr. Antonio Carlos Conquista, a quem agradeço a sua contribuição até aqui, haja vista ser o último inscrito dessa rodada, eu quero ser sucinto. Sou o penúltimo, desculpe. Apareceu mais um — aliás, mais dois. Então, há mais oradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E estão encerradas as inscrições.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu gostaria de tentar ser sucinto e, de maneira didática, Sr. Antonio Carlos Valadares, vou tentar inclusive facilitar as respostas já dando alguma múltipla escolha, porque tenho visto que, quando se deixa muito aberto, às vezes, a argumentação é muito ampla e não se diz nada do que nós queremos entender.

Sobre as perdas financeiras do BNY Mellon, como diz a Deputada Erika Kokay...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - New York Mellon.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O senhor atribui as perdas financeiras ao risco de mercado ou à má gestão? Qual das duas? O BNY Mellon, que administra diversos desses fundos, que foram provisionados em 100% do



patrimônio, recebeu alguma notificação, fiscalização ou autuação por infração por parte do Conselho da Comissão de Valores Imobiliários que V.Sa. conheça? O senhor entende que houve negligência na administração dos fundos do BNY Mellon? Detalhe as medidas judiciais que o POSTALIS tomou para apurar as responsabilidades do BNY Mellon.

Ao que me consta, o Conselho fiscal recomendou a rejeição das suas contas. Contrariando o Conselho fiscal, o Conselho Administrativo as aprovou. Eu gostaria de saber quais foram os pontos em razão dos quais o Conselho Fiscal pediu a rejeição. Quais foram os pontos?

O que o senhor tem a dizer sobre os fundos de investimento feitos nos Bancos Cruzeiro do Sul e BVA, que foram quebrados e foram liquidados?

Eu não sei se eu já ouvi alguma coisa do BVA aqui no final. Não sei se, no momento que estive ausente e voltei, foi falado. Como justificar isso?

Como um aluguel pode passar de 80 mil para 135 mil nesse período? Por mais que os cálculos justifiquem — e eu não tive tempo, depois que V.Sa. passou os dados, Sr. Antonio Carlos, de fazer os cálculos matemáticos —, parece-me que é um acréscimo bastante importante pelo tempo do contrato.

Mas, se o local não servia e por isso foi vendido, como o POSTALIS continua funcionando no mesmo prédio?

O Deputado Marcelo Aro fez uma pergunta que V.Exa. não respondeu; e eu gostaria que fosse respondida, por isso é pontual: quem são os proprietários do imóvel?

O seu mandato é de 3 anos, o senhor já foi reeleito. Quantas reeleições pode ter esse mandato?

E, por último, a meritocracia nos ensina a fazer autoavaliação. Eu gostaria que V.Sa. desse uma nota de 1 a 10 para sua gestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concedo a palavra ao Dr. Antonio Carlos Conquista.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, eu preciso da sua ajuda, porque fui anotando as perguntas, mas acho que não consegui anotar todas. Quanto às perdas financeiras do Mellon, já dissemos anteriormente. Primeiro,



quando tivemos essa questão da reprecificação do FIDE, entramos com ação na Justiça, certo? Temos hoje 250 milhões em uma fiança bancária guardada lá para nós, esperando o mérito da ação.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É risco de mercado ou má gestão? Eu fui pontual.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Para nós, é má gestão.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Má gestão, O.k.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Quanto à notificação ou alguma ação da CVM, não tenho conhecimento se o Mellon está sofrendo alguma ação. Nós tivemos uma informação no ano passado, nos autos, que a PREVIC fez um auto para o Mellon. Mas acho que, como a PREVIC não tem atuação sobre o Mellon, acho que eles conseguiram retirar essa atuação. Sobre a CVM, eu não tenho conhecimento. Peço desculpas. Quanto à negligência na administração dos fundos, eu penso que é a mesma relação com o Mellon, está certo? Para nós, a nossa tese é essa. E já fizemos uma série de notificações. Já me comprometi com a Presidência de mandar para conhecimento dos senhores tudo que nós já notificamos o Mellon. Nós achamos que isso vai acabar virando uma ação contra eles. A nossa discussão com o Mellon é de valores extremamente razoáveis, os quais a gente quer colocar de volta, para tentar resolver todos os nossos problemas dentro do POSTALIS. O Conselho Fiscal não aprovou as nossas contas. É verdade. Mas eu vou lembrar os três pontos que estão colocados no parecer do Conselho Fiscal. Eu falei de longe e peço desculpas. Mas o primeiro ponto foi a respeito de o auditor contratado não poder olhar os nossos fundos abertos. Nós temos um problema técnico. Peço desculpas pela não compreensão desse caso, dessa situação. Fundos abertos têm exercícios diferentes dos nossos fechamentos. O nosso auditor chega lá, e o fundo está funcionando. Então, ele não consegue informar ao auditor. É uma coisa técnica. Eles se referem especificamente a um fundo do qual a gente não conseguiu informação, porque foi o gestor que não nos deu. Não fomos nós que não pedimos ou nós que não conseguimos. Foi essa a justificativa. A segunda justificativa, se eu não estiver errado — peço ajuda de alguém, pois resumem-se a três pontos —, é a questão da cobrança da RTSA, que já está judicializada. Mas o entendimento do Conselho Fiscal, inclusive, é o registro



de que nós não deveríamos cobrar do participante. Nós também achávamos que não. Tínhamos inclusive feito gestão no sentido de não participar a RTSA dentro do equacionamento, haja vista que, junto à PREVIC nós fizemos esse pedido e que nós estávamos negociando com os Correios. Eu, particularmente, fui ao DEST e à Secretaria do Tesouro Nacional tentar convencê-los de que esse recurso era devido ao POSTALIS pela patrocinadora, mas não tivemos sucesso.

E a terceira... Puxa vida, Deputado, são três motivos. Eu não consigo me lembrar, mas posso mandar para o senhor o relatório, não é?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O.k.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu sabia as três de cor, porque elas foram...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Lógico, porque é uma observação anotada pelo Conselho Fiscal para qualquer um...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peço desculpas ao senhor, mas eu remeto aqui...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Tudo bem, eu aguardo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Quem sabe, no decorrer da audiência, eu me lembre.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sem problemas. Pode seguir. Eu te ajudo na próxima.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sobre a questão do Cruzeiro do Sul, nós já dissemos, Deputado. Em 2010, nós compramos 110 milhões e recebemos 136 milhões, está certo? No Banco BVA nós compramos 65 milhões, em 2012, e já recebemos 32 milhões.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Esses 136 milhões foram recebidos quando?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A data do recebimento dos 136?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É, dos 136.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Penso que tenha sido no ano passado, porque nós fizemos comunicado para os nossos participantes. Aqui está dizendo *“Recebimento de novembro de 2011 a agosto de 2012”*.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Só para ajudar na didática e servir de parâmetro, olhe aí a comparação do aluguel para uma compra e venda.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor me pergunta do aluguel do imóvel, que era de 80 mil, e eu disse...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não, eu perguntei pontualmente quem são os proprietários.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu não sei. Posso trazer essa informação para o senhor. Não tenho essa informação de cabeça, está certo? Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A compra foi feita em 2010.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É uma empresa, mas não sei qual é.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Mas o aluguel é de hoje. Ele aluga o imóvel e não sabe de quem ele aluga!

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Você renovou o contrato com quem?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que essas coisas não são cuidadas por mim, senhores. Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse é um dado interessante! Não são cuidadas por você, mas são cuidadas por quem?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pela diretoria administrativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pela diretoria administrativa. Quem responde pela diretoria administrativa?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Roberto Macedo. Hoje é o Sr. Roberto Macedo.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O prédio é velho realmente, como dizem, ou não é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É. É um prédio velho. É um prédio velho. Nós queremos sair de lá. Precisamos achar recursos para sairmos.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Acabou de renovar o contrato! Tem multa contratual.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Desses 135?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É o que eu vou dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O.k. Ele já respondeu. Vai chegar a documentação. Com esse 1 bilhão de reais que os Correios retiraram do POSTALIS já melhora muito, se ele devolvesse.

Vamos avançando.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Faltam algumas perguntas ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Faltam ainda respostas? Vamos concluir as respostas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Quem são os proprietários? Recondução?

Eu queria só concluir a questão dos 135 mil. Nós fizemos uma renovação de aluguel.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Quando? Agora?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, no ano passado. O mercado imobiliário de Brasília muda. Então, é uma renovação de contrato. Nós já tínhamos passado o período de contrato.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O cálculo de reajuste é o IPCA?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Qual é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - De aluguel?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não sei dizer ao senhor.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não olharam isso na hora da renovação?

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Eu penso que seja IGPM, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele não tem essa informação. Não adianta! Ele não tem.

Conclua suas respostas. Sem intervenção, por favor!

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor me pergunta sobre recondução. Eu só posso ter esta.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Esta?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Esta é a última. E, quanto à nota da minha administração, pelo esforço que tenho feito, pelo menos um 7 eu mereço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor tem o compromisso de, assim que chegar o documento a respeito do prédio, passá-lo ao Deputado Marcelo Aro e ao Deputado Sóstenes Cavalcante, em primeira mão.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Isso é importante, Presidente. Não é para questionar o depoente, mas é porque a gente fica numa situação em que, às vezes, coloca-se em julgamento a razoabilidade nesta Comissão, porque em Brasília e no Brasil inteiro o preço do aluguel do imóvel só tem caído; e agora vem se dizer que o preço subiu de 80 mil para 135 mil. Então, é uma coisa completamente na contramão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O importante é analisar o contrato, porque foi contratado...

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Vamos analisar a fundo, a “fundos de pensão”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse aumento de aluguel já foi na gestão do senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Feito no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor se lembra das razões que o justificaram?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É a razão de mercado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De mercado.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - De avaliação. Nós só podemos fazer negociação baseada em avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós queremos não só...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas a venda não foi na minha época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós queremos o processo da venda, o qual V.Sa. vai nos enviar, e também o processo de locação com a deliberação e as justificativas pela diretoria e, pelo que eu entendi, tem que haver uma opinião legal. Não é isso?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. É só o laudo técnico mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O laudo técnico.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Porque isso sustenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas o laudo técnico por alguém do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, contratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pelo contratado.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Uma empresa contratada que faz avaliação de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa empresa faz avaliação de mercado e oferece o laudo técnico aos POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Nós contratamos uma empresa para fazer o laudo para gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem delibera?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Todos da Diretoria Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Da Diretoria Executiva, os quatro.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nesse caso não. Leva-se à diretoria para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por isso eu quero saber.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Leva para conhecimento, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem delibera isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Os quatro diretores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os quatro.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu só estou fazendo a confusão de quem cuida, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E quem analisa?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A Diretoria Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Há algum parecer sobre isso por parte da POSTALIS? Há algum parecer ou é só uma decisão colegiada?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peço desculpas, penso que, com o processo em mãos, os senhores verão. Pode ser que não tenha a



necessidade de um parecer. Penso que não, por causa do laudo. O laudo já é o suficiente para nos orientar na negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os últimos dois inscritos: Deputado Rodrigo Maia e Deputado Luiz Carlos Busato.

Deputado Rodrigo Maia, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Vou ser breve, até porque eu não sou titular desta Comissão. As perguntas serão simples.

Em relação ao Mellon, existem ações contra o Mellon. Quais ações que V.Sa. tomou contra os ex-Diretores, porque com o Mellon a coisa não voa, não vai sozinha não. O Mellon operou em conluio com os ex-Diretores.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ex-Diretores do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu quero saber quais as atitudes legais que a atual Diretoria, comandada por V.Sa., tomou em relação aos ex-Diretores do POSTALIS?

Pergunto, também, como cheguei agora, como vai o caso das aplicações dos recursos no exterior que viraram pó e onde existiu, segundo a imprensa relatou, um questionamento e até um bloqueio à época da *Securities and Exchange Commission* — SEC, que é a CVM americana. O que deu isso?

E a terceira pergunta, nós temos no balanço do POSTALIS, dos Correios, de 2013 e de 2014, certamente, um fato inusitado: de um ano para o outro sumiu o dinheiro da POSTALIS, que vinha sendo pago anualmente pelos Correios. Isso gerou uma ação de V.Exa. contra os Correios e gerou um prejuízo imediato aos carteiros.

Isso, do meu ponto de vista, é uma “pedalada”: sumir com o dinheiro para dar lucro nos Correios. Para mim, é uma “pedalada”, óbvio. Ora, se você deve 1 bilhão, Relator, de repente some 1 bilhão do balanço dos Correios... Os Correios tinham 1 bilhão no passivo e tem zero no passivo hoje dessa dívida com o POSTALIS, tanto que o POSTALIS, na sua Presidência, tem uma ação na justiça contra os Correios. É o PT brigando contra o PT, digamos assim, resumindo de uma forma bem clara.

Eu quero saber como é que está essa questão? Como é que está essa ação, essa “pedalada”? Eu espero que o TCU também possa analisá-las, porque são



várias. O Ministro Mantega comandou aí um exército de bicicletas caminhando pelo Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, a questão da Mellon, nós já dissemos aqui. Quanto à ação contra os Diretores, eu já disse também. Nós estamos num processo de avaliação, porque nós não temos ainda nenhum prejuízo configurado, porque nós estamos numa fase de busca. Nas negociações, nos *defaults* que a gente tem — e vou falar disso novamente —, no primeiro momento em que nós temos um processo de parada de pagamento de investidor, nós começamos uma negociação com esse investidor na tentativa de fazer retomar os nossos pagamentos. Passa isso, às vezes se faz todo um processo de negociação novamente, e ele não paga.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Estou perguntando o seguinte: a questão do Mellon já é um prejuízo, já está dado. Vocês estão questionando o Mellon oficialmente?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, na ação do FIDEX, lá das ações do exterior.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu quero saber se os diretores estão sendo questionados também sobre o POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Exatamente. Ainda não.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - No caso da SEC americana também, aquele dinheiro que sumiu, que foi financiar o Fundo Soberano da Venezuela e da Argentina (*ininteligível*).

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É o mesmo caso. É o mesmo caso.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - É o mesmo caso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É o mesmo caso.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - E está na Justiça?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Está na Justiça.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - E os diretores estão na Justiça também?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, possivelmente...



O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Ou V.Exa. politicamente não pode entrar contra os diretores na Justiça, porque politicamente o Governo não deixa?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. É que nós, na verdade... A nossa tese jurídica — eu peço a sua compreensão — é do contrato, que eu já disse aqui logo no começo da nossa apresentação de hoje. Nós temos um contrato com o Mellon que diz que ele era o responsável por tudo o que o terceirizado dele fizesse. Então, nós temos que nos apoiar nisso, e é nisso que nós estamos nos apoiando. E a nossa tese é vencedora.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - E o diretor financeiro viu tudo passar na frente dele e não tem responsabilidade nenhuma sobre isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É porque fez à revelia. O gestor do Fundo do Atlântico fez à revelia, Deputado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não fez à revelia. O senhor me desculpe, não fez à revelia. Eu estou lendo a informação. Não fez à revelia.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Então, eu peço desculpas.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não fez à revelia. Essa é uma informação que eu estou lhe passando.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Acho que era importante para você e para toda a diretoria atual que entrassem na Justiça contra os ex-diretores, porque senão vocês vão responder por isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, é bom inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado. Ele passou, deu a informação. Concluído?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não, não. A parte dos Correios.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É porque a ideia é sem intervenção, mas pode falar.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu gostaria que ele falasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, ele vai responder.



O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Ele está sendo bem generoso na pergunta e resposta. Eu até agradeço, porque sei que isso não acontece. Mas eu queria a resposta dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ah, sim. É isso que eu só estou esperando...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deixa ele concluir a resposta, eu passo para a senhora. Deixe-o concluir, e eu passo a palavra a V.Exa..

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Excelência, a questão de o dinheiro ter saído, nós, realmente, como o senhor disse, eu tinha uma obrigação, os Correios tinham uma obrigação conosco de pagar a RTCA, que vinha pagando regularmente até março de 2014. Era por volta de 22 milhões, mais ou menos, que entrava no nosso caixa. E, a partir de março, com uma orientação que veio do Décio, os Correios pararam de nos pagar. Nós fizemos o quê? Entramos com uma ação, está certo? E esse valor, corrigido até 31/12/2014, proporcionou-nos 1 bilhão e 86 milhões de reais, que infelizmente nós tivemos que colocar nesse nosso equacionamento, porque essa é uma recomendação legal. Eu não posso escolher não fazê-lo. Eu tentei negociar para não acontecer, mas infelizmente eu tive que colocar lá, nós, da Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E qual é a justificativa legal dos Correios?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, é uma correspondência dita, em que o Décio orientou a suspensão do pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É uma orientação do Ministério do Planejamento. Ele já respondeu isso.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Mandou, e não paga mais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É ordem que veio de cima. Pedalada, para garantir o superávit. É muito claro.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - A ação é contra os Correios ou é contra o Ministro do Planejamento?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Contra todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi o que garantiu o superávit dos Correios no ano de 2014.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Fizemos uma ação contra todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Senão ia dar déficit.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O que cabe é um fundo de pensão, né, defender os seus...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É, e o fundo de pensão entrou com a ação, ajuizou e está cobrando os seus direitos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Antes do Deputado Busato, com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, quero apenas sugerir que há uma controvérsia aqui acerca se foi ou não feito à revelia, mas eu sugeriria que a POSTALIS pudesse encaminhar para cá a síntese do processo pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...porque ali está claro — está claro — que a troca de títulos brasileiros Soberanos por títulos da Argentina e da Venezuela foi um dos objetos de uma ação judicial da própria POSTALIS que ganhou antecipação de tutela. Ganhou! Ganhou, em princípio, a antecipação de tutela. Portanto, foi reconhecido, do ponto de vista jurídico, que havia realmente uma culpa, em função dessa ação à revelia.

Por isso, eu sugiro que nós possamos, Sr. Presidente — e sugiro à POSTALIS —, remeter isso a esta Comissão, para que não haja dúvida acerca disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicitamos também ao Dr. Antonio Carlos Conquista essa documentação.

O último inscrito é o Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Obrigado, Presidente.

Eu queria perguntar ao Sr. Antonio Carlos Conquista: a sua indicação, na Presidência do POSTALIS, é política? E o que o senhor era, antes de ser designado para essa indicação política, se é política ou não, de Wagner Pinheiro?



Segunda pergunta: o senhor foi gestor da Fundação GEAP, que sofreu intervenção em 2013, com déficit de 250 milhões? Se o foi ou não.

Terceira pergunta: o POSTALIS teve prejuízo, em 2011 e 2012, de 985 milhões; em 2013, de 936 milhões; em 2014, de aproximadamente 1 bilhão. Qual a previsão de prejuízo para 2015?

Quarta pergunta: O senhor conhece Fabrizio Dulcetti Neves, dono da Brasil Sovereign? O senhor conhece Milton Lyra? E o senhor conhece Raphael Marques de Souza Matias e Phelipe Marques de Souza Matias?

Quinta pergunta... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele não conseguiu...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É que eu tenho que aproveitar os 3 minutos. Depois eu repito, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas tem tolerância. É só para repetir o nome.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Raphael e depois Phelipe, não foi isso?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Raphael Marques de Souza Matias e depois Phelipe Marques de Souza Matias. São dois irmãos.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sexta pergunta: sobre a aquisição de 150 milhões de debêntures, da Construtora Mudar, do Sr. Augusto Martinez, que desapareceu deixando 3 mil mutuários sem receber apartamentos, foi uma boa aplicação do dinheiro do POSTALIS?

Última pergunta: o Ministério Público de São Paulo entrou com uma ação anulando a compra de um terreno de 117 mil metros quadrados em Cajamar, São Paulo, feita pela POSTALIS, em 2012. Foi no seu período de presidência?

Era isso.

Podemos repetir agora.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu só vou localizar a Mudar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acredito que ele localizou. Se ele não tiver localizado, V.Exa. corrige a pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu posso repetir uma a uma.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A palavra está com o Dr. Antonio Carlos Conquista.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor me pergunta se a minha indicação é política, a do Wagner Pinheiro. Nós somos companheiros de BANESPA, está certo? Eu fui chefe de gabinete na PETROS. E a indicação foi da Diretoria Executiva dos Correios, com a anuência do meu conselho deliberativo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - A indicação foi dos Correios, então?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Dos Correios, isso. Da patrocinadora, né?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sobre a GEAP, eu não estava no processo da intervenção, eu já estava fora, e não sofri nenhuma... — não sei qual é a palavra; podem me ajudar? —, não tive nenhuma...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O senhor não auxiliou nesse déficit, é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Não, eu não tive nenhum apontamento nessa intervenção.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Interferência nesses 250 milhões de prejuízo da GEAP?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Essa questão que o senhor diz dos déficits é verdade. Em 2012...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Novecentos e oitenta e cinco milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - ...985; em 2013, 936; e, em 2014, o número que o senhor disse agora, que eu não consegui anotar.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Um bilhão, mais ou menos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É mais até, porque esses números são de provisões, que eu não tenho como não fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá. E tem previsão para 2015?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Olha, nós estamos com um TAC... É que o senhor não escutou.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós fizemos um Termo de Acordo de Conduta com a PREVIC, e com a anuência dos Correios, numa tentativa de, este ano, suspendermos a cobrança...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Ou seja, durante o seu período, em nenhum período deu menos do que 980 milhões de prejuízo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É. Infelizmente os investimentos são de longo prazo, e começa a ocorrer o *default* agora.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Infelizmente.

O.k. Estou satisfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Fabrizio Neves, não conheço; Milton Lyra, não conheço; Raphael Matias, não conheço; Phelipe Matias, não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não conhece?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Nenhum desses quatro?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Muito bem.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor me perguntou sobre os 150 milhões da Mudar. Foi aqui que eu pedi para o senhor ter...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É sobre a aquisição de 150 milhões em debêntures da Construtora Mudar, do Sr. Augusto Martinez, que desapareceu deixando 3 mil mutuários sem receber os apartamentos. Foi uma boa aplicação do dinheiro da POSTALIS? E o senhor era Presidente nessa...?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nessa época eu não era Presidente. Eles foram feitos em 2010, no mês de dezembro de 2010, e nós estamos com as ações na Justiça para a retomada desses recursos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá. E finalmente sobre o terreno de Cajamar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, a ação de Cajamar... aí, o advogado... É uma ação que o Ministério Público Federal impetrou lá em São Paulo,



baseado numa denúncia anônima, dizendo que o valor do terreno custaria menos do que aquilo que nós pagamos. E nós estamos nos defendendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Isso foi no seu período?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Foi no meu período, a compra do terreno, sim, a do imóvel, da construção toda, porque é um *built-to-suit*.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá bem. Obrigado, Presidente. Obrigado, Sr. Antonio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Encerradas as inscrições, o Relator quer fazer uso da palavra para as considerações finais. E, após... Há uma reinscrição? (*Pausa.*) Você quer falar antes ou depois?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, Presidente, é na mesma linha do Deputado Busato e de alguns dos senhores que fizeram alguns questionamentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Relator quer fazer, na sequência, eu posso...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ...sobre documentos de venda de imóveis, sobre inclusive participações societárias, sobre relatórios de investimentos. Isso é objeto de um requerimento aprovado aqui na Comissão, e a Presidência já encaminhou ofício no dia 18 de agosto a V.Exa.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Já recebemos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Hoje faz exatamente 8 dias. Eu indago ao senhor quando é que o senhor vai encaminhar isso à nossa Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós temos um problema técnico, Excelência. A partir de 2010, nós já temos todos os nossos documentos digitalizados. Isso, nós podemos mandar quase que imediatamente. O problema vai ser a partir de 2010 para trás, porque o pedido é a partir de 2003. Então, aí eu vou ter que buscar em arquivo morto.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vou solicitar ao senhor que mande o que já tem, claro...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, claro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ...e ir encaminhado, porque pode demorar, e nós temos um prazo aqui para fazer o estudo e o relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que, na verdade, Excelência — o Sandro está me lembrando —, eu só recebi no dia 24 e agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, é porque foi assinado semana passada.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Mas eu vou mandar o que eu posso já digitalizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu só queria estar seguro de que também estão na lista do que o senhor enviará à Comissão as auditorias internas realizadas no POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - As de 2012, de 2014.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Todas, todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Todas as três, Excelência, auditoria interna, externa e... Só essas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E da PREVIC.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - E a dos Correios, a do PREVIC, os relatórios de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só uma pergunta, antes de passar a palavra ao Deputado Samuel: qual a remuneração mensal do Presidente da POSTALIS? Há bônus a ser distribuído aos diretores?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu não recebo bônus, até porque, mesmo que nós tivéssemos, não teríamos essa condição, pelo déficit.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E a remuneração mensal?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu recebo 40 mil reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só uma questão que me incomoda, entre outras, eu queria destacar a questão da aquisição do terreno de Cajamar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Que foi finalizada e adquirida pela Presidência do senhor.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu já fazia parte da Diretoria Executiva.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, sim, sim.

O senhor afirma que desconhece o proprietário anterior à LATAM. O senhor conhece que o proprietário é a LATAM. O anterior, de 3 meses antes, o senhor desconhece, se houve qualquer outro dono. Esta é uma questão.

Quero insistir nesta pergunta, independente de o Presidente já ter colocado a opinião dele, mas eu gostaria de ouvir do senhor se foi mais de uma vez — se souber a ordem de grandeza, quantas vezes — que o senhor se reuniu com o Vaccari na sede do PT? Eu quero saber se o senhor conhece o Miltinho Lyra. O Miltinho Lyra está no Grupo Galileo, é diretor envolvido nesse processo e tem um cunhado envolvido na compra aqui da sede do prédio. Ele constituiu uma empresa 6 meses antes. O senhor conhece o Miltinho Lyra e já se reuniu com ele?

Quero saber também se o senhor conhece o Marcelo Bicudo e se já se reuniu com ele, que é da compra do terreno de Cajamar, da LATAM. Quero saber também se o senhor conhece o Luiz Fernando Pires, que é o proprietário, anterior à LATAM, do terreno de Cajamar? Se o senhor já se reuniu com ele, se conhece, se já ouviu falar de Luiz Fernando Pires. E Fabrizio Neves, quero saber se o senhor também o conhece. No processo internacional americano da SEC, diz que ele é amigo de um Diretor da POSTALIS. Está lá no processo. Se o senhor tem conhecimento disso e sabe quem é esse diretor.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra, para a última resposta, o Dr. Antonio Carlos Conquista.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, Deputado... perdão, Excelência, eu volto... eu vou responder a mesma coisa, o que pode se tornar até cansativo. Tenho um registro de compra. Quando o senhor me perguntou, eu lembro, à época da sua pergunta, a respeito da LATAM da Nova Zelândia. Eu disse ao senhor: *“Não, nós não temos LATAM Nova Zelândia na escritura. Nós só temos a LATAM do Brasil”*. É isso. Então, se houve...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, o senhor não conhece o dono anterior?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. E aí nós nos comprometemos aqui com a CPI de mandarmos todo o processo de compra de Cajamar para vocês, inclusive com escritura, que os senhores poderão comprovar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor é Presidente da empresa e vai fazer uma compra de milhões de reais e não sabe quem é o proprietário anterior de um terreno adquirido há 3 meses?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não é isso. É que não tenho esse histórico de passagem, porque não sou eu quem cuida, nós fazemos uma opinião legal...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nem procurou saber?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. É que eu não tinha... Nós só tivemos essa informação agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já está clara a resposta.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor me pergunta quantas vezes. Eu penso que estive umas quatro vezes com o Vaccari, ao longo desses 3 anos e meio. O Milton Lyra, não conheço. O Marcelo Bicudo é o representante da LATAM. Ele esteve conosco inclusive nas questões dos ajustes de documentos para a assinatura da escritura. O Luiz Fernando Pires, não conheço. E o Fabrizio Neves, já tinha dito anteriormente também que não conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E o Sr. André Barbieri, o senhor conhece?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Conheço. Ele foi gestor de fundos do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Que fundos? O senhor sabe dizer?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Riviera. A *(ininteligível)* dele é Riviera. E o jurídico aqui pode me ajudar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Sr. Copa, né?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. É... Perdão. Eu acho que é do mesmo grupo. O senhor me perdoe. Acho que ele trabalha junto com o Sr. Copa, mas eu posso também remeter aos senhores. É porque, no detalhe, às vezes eu não tenho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Ministro Ricardo Berzoini já esteve lá no POSTALIS com o senhor? É você quem vai ao Ministério?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Eu só tenho... Eu vou ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Muito bem, após 4 horas de oitiva, agradeço a disponibilidade do Sr. Antonio Carlos Conquista, tirando alguns deslizes. Mas correu muito bem a audiência.

Eu apenas queria ouvir a palavra das senhoras e dos senhores. O Relator tem apenas mais uma informação importante a dar, para que possamos encerrar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, desde a semana que instalamos esta Comissão, quando V.Exa. foi eleito Presidente e me indicou Relator, os colegas e a imprensa têm nos indagado sobre sub-relatorias. Nós fizemos todo um planejamento e conversamos com alguns Líderes, inclusive com a Direção desta CPI, e decidimos indicar quatro sub-relatorias: uma sobre renda fixa; uma sobre renda variável; uma sobre participações; e uma sobre questões imobiliárias. Aí V.Exa. tem a prerrogativa da indicação de quem serão esses quatro Sub-Relatores, sem prejuízo das futuras sub-relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conforme compromisso assumido com os membros da Comissão, esta semana anunciaríamos a criação das sub-relatorias. Em decisão compartilhada com o Relator, decidimos pelas seguintes temáticas e seus respectivos titulares: Sub-Relator de Investimentos em Renda Fixa, CCB e Debêntures, o Deputado Marcos Pestana, do PSDB; Investimentos em Renda Variável, o Deputado Francischini, do Solidariedade; Investimento em Fundos de Participações, o Deputado Marcelo Aro, do PHS; Investimentos em Fundos Imobiliários, o Deputado Índio da Costa, do Bloco PSD/PT. Estes são os quatro Sub-Relatores, que, a partir da sessão seguinte, estarão trabalhando em conjunto conosco.

Minhas saudações e obrigados aos senhores e senhoras. Até a próxima quinta-feira.



Nada mais havendo a tratar, convoco sessão ordinária para a próxima quinta-feira, a partir das 9h30min, para a oitiva do Presidente da PREVI e do Presidente da FUNCEF.